**LEI
ORGÂNICA
DO MUNICIPIO DE
ITAMBÉ DO MATO
DENTRO
ESTADO DE
MINAS GERAIS**

**ATUALIZADA COM EMENDAS ATÉ DEZEMBRO
DE 2006**

SUMÁRIO

TÍTULO I

Disposições Preliminares – art. 01 a 06

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantia – art. 07

TÍTULO III - Do Município

CAPÍTULO I

Da Autonomia do Município – art. 08 a 09

CAPÍTULO II

Da Competência do Município – art.10

CAPÍTULO III

Das Vedações – art.12

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

Da Câmara Municipal – art.13 e 14

SEÇÃO II

Da Posse – art.15

SEÇÃO III

Da Eleição da Mesa – art.16

SEÇÃO IV

Das Atribuições da Mesa – art.17

SEÇÃO V

Das Atribuições da Câmara Municipal – art.18 a 20

SEÇÃO VI

Das Comissões – art.21 a 24

SEÇÃO VII

Do Presidente da Câmara Municipal – art.25 a 27

SEÇÃO VIII

Do Vice-Presidente da Câmara Municipal – art.28 a 30

SEÇÃO IX

Do Secretário da Câmara Municipal – art. 31

SUBSEÇÃO I

Dos Vereadores – art.32 e 33

SUBSEÇÃO II

Direitos – art.34

SUBSEÇÃO III

Das Licenças – art.35 a 36

SUBSEÇÃO IV

Dos Deveres – art.37

SUBSEÇÃO V

Das Incompatibilidades – art.38 e 39

SUBSEÇÃO VI

Do Servidor Público – art.40

SUBSEÇÃO VII

Da Cassação, Extinção e Suspensão do Mandato dos Vereadores – art.41 a 44

SEÇÃO X

Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO I

Disposição Geral – art.45

SUBSEÇÃO II

Das Emendas à Lei Orgânica Municipal –art.46

SUBSEÇÃO III

Das Leis – art.47 a 55

CAPÍTULO II – Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito Municipal – art.56 a 59

SEÇÃO II

Das Proibições – art.60

SEÇÃO III

Das Licenças – art.61 a ?

SEÇÃO IV

Das Atribuições do Prefeito – art.62 a 63

SEÇÃO V

Da Transição Administrativa – art.64

SEÇÃO VI

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária – art.65

SEÇÃO VII

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito Municipal – art.66 a 67

CAPÍTULO III

SEÇÃO VIII

Da Organização dos Servidores Públicos – art.68 a 71

TÍTULO V – Da Administração Municipal

CAPÍTULO I

Disposições Gerais – art.72 a 73

CAPÍTULO II

Da Publicidade dos Atos Municipais – art.74

CAPÍTULO III

Da Formalização dos Atos Administrativos – art.75

CAPÍTULO IV

Da Licitação – art.76 a 77

CAPÍTULO V

Dos Sistemas Administrativos – art.78

CAPÍTULO VI

Dos Tributos Municipais – art.79 a 80

CAPÍTULO VII

Das Limitações do Poder de Tributar – art.81 a 86

CAPÍTULO VIII

Dos Preços Públicos – art.87 a 88

CAPÍTULO IX

Da Receita e da Despesa – art.89 a 93

CAPÍTULO X

SEÇÃO I

Do Orçamento – art.94 a 95

SEÇÃO II

Das Vedações Orçamentárias – art.96

SEÇÃO III

Das Emendas aos Projetos Orçamentárias – art.97

CAPÍTULO XI

SEÇÃO IV

Dos Bens Municipais – art.98 a 112

SEÇÃO V

Das Licitações - art.113 a 114

CAPÍTULO XII

SEÇÃO I

Do Planejamento Municipal – art.115

SEÇÃO II

Da Administração Municipal – art.116 a 122

SEÇÃO III

Da Polícia Administrativa Municipal – art.123

CAPÍTULO XIII

Das Obras e Serviços Municipais – art.124 a 126

TÍTULO IV - Da Sociedade

CAPÍTULO I

Da Segurança do Cidadão e da Sociedade

SEÇÃO I

Da Defesa Social – art.127 a 129

SEÇÃO II

Da Segurança Pública – art.130

CAPÍTULO II

Da Ordem Social – art.131 a 132

SEÇÃO I

Da Saúde – art.133 a 140

SUBSEÇÃO ÚNICA

Do Saneamento Básico – art.141 a 144

SEÇÃO II

Da Educação – art.145 a 158

SEÇÃO III

Do Desporto e do Lazer – art.159 a 161

SEÇÃO IV

Da Cultura – art.162 a 165

SEÇÃO V

Da Assistência Social – art.166 a 172

SEÇÃO VI

Da Comunicação Social – art.173 a 176

SEÇÃO VII

Do Meio Ambiente – art.177 a 190

CAPÍTULO III

Da Ordem Econômica

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais – art.191 a 196

SEÇÃO II

Do Transporte – art.197 a 209

SEÇÃO III

Da Política Rural – art.210 a 214

SEÇÃO IV

Da Política Urbana – art.215 a 226

SEÇÃO V

Da Ciência e da Tecnologia – art.227 a 230

SEÇÃO VI

Do Turismo – art.231 a 232

TÍTULO VI

Das Disposições Transitórias – art.1º ao 11º

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo do Município de Itambé do Mato Dentro, MG, reunidos para a elaboração da Lei Orgânica, destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social que deve notar a vida do nosso povo, e com base nas aspirações dos Itambeenses promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO – MINAS GERAIS

TITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

* Emenda Aditiva/Modificada nº 002/2001, altera denominação do Título I.

Art. 1º- Todo o poder do Município emana do povo, que exerce por meio de seus representantes eleitos diretamente , nos termos da Constituição da República e desta Lei Orgânica.

* Artigo inserido com redação conforme Emenda Aditiva/Modificada nº 002/2001.

Art.2º - O território do município pode ser dividido em distritos, criados, organizados e suprimidos por Lei Municipal, observada a Legislação Estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

§ 1º - Cada distrito, salvo a sede do governo municipal, poderá ter um Conselho da Comunidade distrital, composto de 3 (três) moradores com disponibilidade e poder consultivo da maioria simples, não remunerado, constituído mediante indicação do Prefeito, que também lhe definirá, em decreto, as atribuições;

§ 2º - As decisões do Conselho serão comunicadas a um Administrador Distrital, designado, em comissão, pelo Prefeito e remunerado nos termos da lei, que deverá formalizá-las e encaminhá-las ao Executivo;

§ 3º - Obriga-se o Administrador a residir no Distrito, sob pena de destituição do cargo;

§ 4º - O Administrador subordinar-se-á ao Prefeito Municipal, a quem caberá deliberar sobre a execução das obras e serviços de acordo com cronograma elaborado pelo Conselho, abordando as reais necessidades e prioridades peculiares ao Distrito.

* Parágrafos 1º ao 4º inseridos no artigo 2º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 027/2001.

Art. 3º- O Município de Itambé do Mato Dentro integra a divisão administrativa do Estado.

§ 1º - A Sede do Município dá-lhe o nome e tem a Categoria de cidade.

§ 2º - Constituem bens do município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

§ 3º - O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território.

* Alteração dos artigos 4º e 5º, que passam a vigorar como parágrafo 1º e 2º, no artigo 3º, conforme Emenda Aditiva/Modificada nº 002/2001.

* Alteração do parágrafo único que passa a vigorar como parágrafo 3º no artigo 3º, conforme Emenda Aditiva/Modificada nº 002/2001.

Art. 4º- Comemorar-se-á, anualmente, em 01 de março, o Dia do Município, como data cívica.

* Artigo inserido com redação conforme Emenda Aditiva nº 003/2001.

Art. 5º - O Município exercerá a competência concorrente para consecução dos objetivos fundamentais e prioritários, ressalvados os limites instituídos em leis superiores.

§ 1º - Competente à Autoridade Executiva, empenhar-se no âmbito de sua competência, pela efetividade dos direitos individuais e sociais, em favor de uma sociedade livre, justa e solidária e;

§ 2º - Instruir e manter mecanismo de desconcentração administrativa, de modo a assegurar a integração das ações do poder público e sua presença em todo o território municipal.

* Artigo inserido com redação conforme Emenda Aditiva nº 003/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no artigo 5º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 025/2001.

Art. 6º- São símbolos do Município o brasão, a bandeira e o hino, representativos de sua cultura e história.

TITULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 7º- Ficam assegurados, no território e no âmbito da competência do Município de Itambé do Mato Dentro, os direitos fundamentais garantidos aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, nos limites estabelecidos nas Constituições da República e do Estado de Minas Gerais.

§ 1º - Não haverá discriminação ou prejuízos à pessoa que vier a litigar contra o Município ou Órgãos municipais, nas esferas administrativas ou judiciais.

§ 2º - Aquele que vier a praticar atos contra os direitos constitucionais, no exercício do cargo ou função pública, da administração municipal, incide em penalidades, nos termos e limites fixados em lei.

§ 3º - Sempre que houver processo administrativo motivado, instaurado por decisão do Poder Público Municipal, o agente processado será notificado para o exercício amplo da defesa e para o estabelecimento de princípio do contraditório.

I – Lei Complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na instauração e instrução de Processo Administrativo e de Sindicância.

§ 4º - A todos é assegurado o direito de requerer e obter informação sobre os atos do Poder Público Municipal, ressalvados aqueles que, pela natureza, estejam sujeitos ao sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Município, nos prazos e forma a serem fixados em lei.

I – Os requerimentos deverão ser protocolados no órgão competente ou diretamente no Gabinete do Prefeito.

II – Incide na pena de destituição de mandato administrativo, de cargo ou função de direção, em órgão ou entidade da administração direta ou indireta, o agente público ou político que deixar, injustamente, de sanar, dentro de 60 (sessenta) dias do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito previsto nas Constituições da República ou do Estado de Minas Gerais.

§ 5º - Os direitos a informações de que trata o parágrafo anterior não sujeitam o requerente ao pagamento de taxas e emolumentos.

§ 6º - É direito de qualquer cidadão e entidade legalmente constituída, denunciar às autoridades competentes a prática, por órgãos públicos da administração direta ou indireta, ou por empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, de atos lesivos aos direitos dos usuários, cabendo ao Poder Público Municipal, apurar a veracidade da denúncia que, procedendo, ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, sob pena de responsabilidade por omissão.

§ 7º - Será punido nos termos da lei, o agente público que, no exercício de suas atribuições e independentemente da função que exerce violar o direito constitucional do cidadão.

§ 8º - Todos podem reunir-se para fins pacíficos, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não impeçam reunião anteriormente iniciada ou prevista para o mesmo local, exigindo-se apenas prévia comunicação à autoridade municipal competente.

I – A autoridade acima mencionada será sempre o Prefeito Municipal ou aquele que tiver delegação de poderes para substituí-lo, salvo em se tratando de matérias diretamente relacionadas ao Poder Judiciário, Legislativo ou as Polícias Civil ou Militar.

§ 9º - O Poder Público coibirá todo e qualquer ato discriminatório em seus órgãos ou entidades e estabelecerá forma de punição mediante lei regulamentadora.

§ 10º - O Município zelará, nas relações jurídicas que instituir com o administrado, incluindo o servidor público municipal, pela efetividade dos direitos individuais, coletivos e sociais assegurados no ordenamento constitucional.

* Emenda Aditiva nº 004/2001, altera denominação do Título II.

* Artigo 7º alterado com redação conforme Emenda Aditiva nº 004/2001.

* Parágrafos 1º ao 10º, do artigo 7º, inseridos com redação conforme Emenda Aditiva nº 004/2001.

* Inciso I, do parágrafo 3º, do artigo 7º, inserido com redação conforme Emenda Aditiva nº 004/2001.

* Incisos I e II, do parágrafo 4º, do artigo 7º, inserido com redação conforme Emenda Aditiva nº 004/2001.

* Inciso I, do parágrafo 8º, do artigo 7º, inserido com redação conforme Emenda Aditiva nº 004/2001.

* Supressão do artigo 8º, conforme Emenda Aditiva nº 004/2001.

TITULO III
DO MUNICÍPIO
CAPITULO I – DA AUTONOMIA DO MUNICÍPIO

* Emenda Aditiva/Modificativa nº 005/2001, altera denominação do Título III.

* Emenda Aditiva/Modificativa nº 005/2001, altera denominação do Capítulo I.

Art. 8º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ **Único** – Ressalvadas as exceções estabelecidas nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições e, a quem for investido na função de um deles, exercer o outro.

* Artigo inserido com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 005/2001.

* Parágrafo Único inserido com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 005/2001.

Art. 9º- A autonomia do Município se consagrará definitivamente pela:

I – Elaboração e promulgação desta Lei Orgânica;

II – Eleição e reeleição pelo voto direto do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

III – Organização do seu governo e sua administração;

IV – Legislar sobre toda matéria de interesse local e de sua exclusiva competência;

V – Editar leis, plenas ou suplementarmente, sobre matéria de interesse local mas de competência comum da União e do Estado;

VI – Gerir interesses locais segundo a Lei.

§ **1º** - A eleição do Prefeito e Vice-Prefeito de que trata o inciso II, será realizada 90 (noventa) dias antes do término do mandato em pleito direto e simultâneo, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição por uma única vez.

§ 2º - Os Vereadores serão eleitos pelo sistema proporcional e o Prefeito pelo sistema majoritário.

§ 3º - A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 4º - O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores candidatos à reeleição não se afastarão dos cargos ocupados.

§ 5º - A reeleição de qualquer dos agentes políticos citados no parágrafo anterior importa em nova posse, observadas as formalidades do ato, devidamente especificado em Capítulo específico desta Lei Orgânica, especialmente:

a) O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, no ato da posse e ao término do mandato, farão declaração pública de seus bens, em Cartório de Títulos e Documentos, sob pena de responsabilidade e de impedimento para o exercício futuro de qualquer cargo no Município.

b) A reeleição implica no cumprimento das exigências contidas na alínea anterior, para todos os mandatos.

c) Posse do Prefeito e Vice-Prefeito e dos Vereadores, será no primeiro dia de janeiro do ano subsequente ao da eleição, salvo motivo de força maior, devidamente justificado.

* Redação do Artigo 9º alterada, conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 005/2001.

* Incisos I ao VI inseridos no artigo 9º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 005/2001.

* Parágrafos 1º ao 5º, do inciso VI, do artigo 9º, inseridos com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 005/2001.

* Alíneas a à c, do parágrafo 5º, do inciso VI, do artigo 9º, inseridas com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 005/2001.

CAPITULO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art.10 – Compete privativamente ao Município, prover tudo quanto respeite ao seu interesse local, tendo como objetivos primordiais o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantia do bem estar de seus habitantes, entre outras atribuições:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

II – Suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

III – Elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento integrado;

IV – Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

V- Criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;

VI – Elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos;

VII – Instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes na forma e nos prazos fixados em lei;

VIII – Fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

IX – Dispor sobre organização, administração e execução dos serviços públicos locais, diretamente ou, sempre através de licitações, sob regime de concessão ou permissão, devendo a lei disciplinar sobre:

a) O regime das empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos ;

b) O caráter especial de seu contrato, de sua prorrogação , as condições de sua caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

c) Os direitos dos usuários;

d) A política tarifária;

e) A obrigação de manter o serviço adequado.

X – Dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos:

a) A administração de que se trata este inciso envolve a utilização, conservação, alienação e aquisição dos bens, e ainda, sua proteção contra a utilização indevida por particulares, notadamente a ocupação de imóveis, que deverá ser evitada por meios administrativos, dotados de auto executoriedade, com o auxílio, se for o caso, de autoridade estadual competente, requisitada pelo Prefeito.

b) A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria para atividades ou usos específicos e transitórios.

c) A concessão administrativa dos bens municipais de uso especial e dominiais dependerá de lei autorizativa, de concorrência pública e far-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

d) A licitação somente poderá ser dispensada no caso previstos em lei específica.

e) A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, prescinde de licitação e será outorgada sempre a título precário, por decreto e prazo determinado.

f) O órgão competente do Município será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, a abrir inquérito administrativo e propor, se for o caso, a competente ação civil e penal contra qualquer servidor, sempre que apresentadas denúncias contra extravio ou danos de bens municipais.

g) O município preferentemente á venda ou à doação de bens imóveis, concederá direito real de uso, mediante concorrência, que poderá ser dispensada, nos casos previstos em lei.

h) – A autorização legislativa mencionada neste artigo é sempre prévia e depende de votos da maioria absoluta dos membros da Câmara.

g) A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas ou rurais, remanescentes e inaproveitáveis para edificação e outra destinação de interesse coletivo, resultantes de obra pública, dependerá também de prévia avaliação, autorização legislativa e licitação. A áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas obedecendo-se as mesmas condições.

XI – Organizar o quadro funcional e estabelecer regime jurídico dos servidores públicos;

XII – Planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em zona urbana, regulando especialmente:

a) As servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive às dos seus permissionários e concessionários;

b) A utilização dos logradouros públicos no perímetro urbano.

XIII – Estabelecer normas de edificação de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território, observadas as leis federais e estadual;

XIV – Conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros, bem como, promover a respectiva fiscalização;

XV – Cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento , principalmente daqueles que funcionarem sem licença ou em desacordo com a lei;

XVI – Prover sobre transporte coletivo urbano, de caráter essencial, que poderá ser operado através de concessão ou permissão, fixando o itinerário, os pontos de parada, as respectivas tarifas e, ainda:

a) Estabelecer e implantar a política de educação para segurança do trânsito;

b) Fixar e sinalizar os locais de estacionamento de veículo os limites das zonas de trânsito e tráfego em condições especiais;

c) Fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

d) Conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo, alternativo e de táxis, nas áreas urbana e rural, fixando as respectivas tarifas e demais normas de operação;

e) Tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária ou local destinado a este fim;

f) Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

XVII – Regulamentar a utilização dos logradouros públicos especialmente no perímetro urbano;

XVIII – Disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XIX – Regulamentar a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;

XX – Prover sobre limpezas das vias e logradouros públicos, remoção, coleta e destinação do lixo domiciliar e outros resíduos de qualquer natureza;

XXI – Organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa, especialmente:

a) Aqueles relativos às atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

b) Quanto à regulamentação, autorização e fiscalização da afixação de quaisquer meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

c) Os locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

d) A produção, a conservação, o comércio e o transporte do gênero alimentício a produto farmacêutico, destinados ao abastecimento público, bem como de substância potencialmente nociva ao meio ambiente, à saúde e o bem estar da população;

XXII – Dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios;

XXIII – Prestar assistência nas emergências médico-hospitalar por seus próprios serviços ou mediante convênio ou consórcio com instituição especializada;

XXIV – Dispor sobre depósito e a venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXV – Obrigar a vacinação dos animais nas áreas rurais e urbanas em época determinada, com finalidade de erradicar e raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores.

XXVI – Estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis regulamentos;

XXVII – Prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

XXVIII – Promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico, paisagístico local, observadas a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual;

XXIX – Promover a cultura, o desporto, o lazer e o turismo;

XXX – Fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar e demais atividades econômicas inclusive a artesanal;

XXXI – Preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado que é bem comum do povo e essencial a qualidade de vida;

XXXII – Realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme critérios e condições fixadas em Lei Municipal;

XXXIII – Realizar programas de apoio às práticas desportivas, inclusive, autorizando, regulamentando e fiscalizando, dentro da sua competência, os jogos esportivos, os espetáculos e os divertimentos públicos;

XXXIV – Realizar programas educacionais, concentrando, com ênfase maior os investimentos naqueles voltados para a alfabetização, ensino infantil e fundamental;

XXXV – Realizar atividades de defesa civil, inclusive a de combate de incêndios e prevenção de acidentes naturais, em coordenação e cooperação com a União e o Estado;

XXXVI – Assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações estabelecendo os prazos de atendimento;

XXXVII – As normas do inciso XIII deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

a) Zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) Vias de tráfego de passagem de canalizações públicas, de esgotos de águas fluviais nos fundos dos vales;

XXXVIII – Os loteamentos para serem aprovados deverão constar projeto de:

a) Iluminação pública;

b) Aberturas de ruas com meio-fio;

c) Rede de esgoto pluvial e sanitário;

XXXIX – Organizar seus serviços administrativos;

XL – Associar-se a outros Municípios de mesmo complexo geoeconômico e social, mediante convênio, para gestão de serviço de interesse comum, de forma permanente ou transitória;

XLI – Participar, autorizado por lei municipal, da criação de entidade intermunicipal, para realização de obra, exercício de atividade ou execução de serviço específico de interesse comum;

XLII – Legislar, complementando a legislação federal e estadual que regulamenta as seguintes matérias:

a) A caça, a pesca, a defesa do solo e recursos naturais;

b) A educação, a cultura, o ensino, o esporte, o lazer e o turismo;

c) Proteção à infância, à juventude, à gestante e ao idoso;

XLIII – Empenhar-se no âmbito da sua competência, pela efetividade dos direitos individuais e sociais, em favor de uma sociedade livre, justa e solidária;

XLIV – Instituir e manter mecanismo de desconcentração administrativa, de modo a assegurar a integração das ações do poder público e sua presença em todo o território municipal;

Parágrafo Único: A comunidade também participa do governo municipal, sob a forma de aconselhamento, fiscalização e iniciativa, nos termos desta Lei Orgânica.

XLV – É facultativo ao Município celebrar convênios, instruir ou integrar consórcio com a União, com os Estados, Municípios, e ainda, com entidades ou órgãos de administração, entidades privadas ou associados beneficentes, para a execução de obras e serviços de necessidade local ou relevante interesse comum.

XLVI – É facultado ao Município, por intermédio do Prefeito, filiar-se a entidade microrregional, nos termos do respectivo estatuto, observada, ainda, a legislação estadual, com a finalidade de integrar o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum.

* Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001, altera denominação do Capítulo II – Título III.

* Artigo 10º inserido com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Incisos I ao XLIV, inseridos no artigo 10º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Alíneas “a” à “e”, do Inciso IX, do artigo 10º, inseridas com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Alíneas “a” e “b”, do Inciso XII, do artigo 10º, inseridas com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Alíneas “a” à “f”, do Inciso XVI, do artigo 10º, inseridas com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Alíneas “a” à “d”, do Inciso XXI, do artigo 10º, inseridas com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Alíneas “a” e “b”, do Inciso XXXVII, do artigo 10º, inseridas com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Alíneas “a” à “c”, do Inciso XXXVIII, do artigo 10º, inseridas com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Alíneas “a” à “c” , do Inciso XLII, do artigo 10º, inseridas com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Parágrafos Único, do Inciso XLIV, do artigo 10º, inserido com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2001.

* Alíneas “a” à “g” , do Inciso X, do artigo 10º, inseridas com redação conforme Emenda Aditiva nº 024/2001.

* Incisos XLV e XLVI, inseridos no artigo 10º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 026/2001.

SEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 11 – Constitui competência do município, comum à União e ao Estado:

I – Zelar pela guarda das constituições, das leis, das instituições democráticas e conservar o patrimônio público, evitando, tanto quanto possível, a sua deterioração por abandono ou por mau uso;

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia de pessoas portadoras de deficiência;

III – Fomentar as atividades econômicas e estimular nos limites fixados em lei, o melhor aproveitamento da terra;

IV – Impedir a evasão, a desnutrição, a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor artístico, histórico e cultural;

V – Proporcionar à população os meios de acesso à cultura, turismo, educação e à ciência;

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição de qualquer espécie;

VII – Preservar as florestas, as encostas, as veredas, as fontes hídricas, utilizando-se de meios adequados que permitam a fuga dos animais silvícolas ou a sua extinção;

VIII – Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – Promover programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores carentes;

XI – Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII – Estabelecer e implantar política adequada à segurança do trânsito;

XIII – Instituir o conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos poderes;

XIV – Dispor sobre a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia ou fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento, modernização, aparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

XV – Disciplinar, em lei, a forma de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

a) As reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica externa e interna da qualidade dos serviços;

b) O acesso aos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos do governo, observadas as restrições constitucionais;

c) A disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo do cargo, emprego ou função na administração pública;

XVI – Disciplinar, por meio de lei, os consórcios públicos, os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

* Artigo 11º com redação alterada conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 007/2001.

* Incisos I ao XVI, inseridos no artigo 11º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 007/2001.

* Alíneas “a” à “c”, inseridos no Inciso XV, do artigo 11º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 007/2001.

CAPÍTULO III

DAS VEDAÇÕES

Art. 12- Ao Município é vedado:

I – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionalismo ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – Recusar fé aos documentos públicos;

III – Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV – Subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V – Manter a publicidade de ato, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou serviços públicos;

VI – Outorgar inserções ou anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII – Conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, sem a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem assim, que não atenda ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Parágrafo Único – O ato de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício que trata o *caput* do inciso anterior, deverá atender ainda, uma das seguintes condições:

a) Demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, não afetando as metas de resultados fiscais previstas;

b) Estar acompanhada de medida de compensação, no período mencionado no *caput*, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

VIII – Renunciar receita tributária através de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de

cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, ou ainda, conceder benefícios que correspondam a tratamento diferenciado;

IX – Ultrapassar o limite de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, para pagamento de pessoal;

X – Criar benefício relativo à seguridade social, majorá-lo ou estendê-lo, sem indicação da fonte de custeio total;

XI – Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

XII – Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

XIII – Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino;

XIV – Cobrar tributos:

a) Em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

XV – Utilizar tributos com efeito de confisco;

XVI – Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XVII – Instituir impostos sobre:

a) Patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) Templos de qualquer culto;

c) Patrimônio, renda e serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, de entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei federal;

d) Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º - A vedação do inciso XVI, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso XVII, “a” e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso XVII, alíneas “b” e “c” compreendem somente ao patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nela mencionadas.

§ 4º - As vedações expressas nos incisos XI e XVII observarão a regulamentação da Lei Federal.

§ 5º - É também vedado ao Município remunerar, ainda que temporariamente, agente público de outra entidade política ou de administração indireta, salvo a execução de serviço comum, de relevante interesse público, nos termos de convênio.

* Acresce Capítulo III, denominado “Das Vedações”, conforme Emenda Aditiva nº008/2001.

* Artigo 12º inserido no Capítulo III, com redação conforme Emenda Aditiva nº008/2001.

* Incisos I ao XVIII, inseridos no artigo 12º, com redação conforme Emenda Aditiva nº008/2001.

* Parágrafo Único, do Inciso VII, do artigo 12º, com redação conforme Emenda Aditiva nº008/2001.

* Alíneas a e b, do Parágrafo Único, do Inciso VII, do Artigo 12º, com redação conforme Emenda Aditiva nº008/2001.

* Alíneas a e b, do Inciso XIV, do Artigo 12º, com redação conforme Emenda Aditiva nº008/2001.

* Alíneas a à d, do Inciso XVII, do Artigo 12º, com redação conforme Emenda Aditiva nº008/2001.

* Parágrafos 1º ao 5º, da Alínea d, do Inciso XVII, do Artigo 12º, com redação conforme Emenda Aditiva nº008/2001.

TÍTULO IV
CAPÍTULO I
SEÇÃO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 13- O poder legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de representantes do povo, eleitos para um mandato de quatro anos, mediante pleito direto, na forma da Constituição da República.

§ 1º - São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da Lei Federal:

I – A nacionalidade brasileira;

II – O pleno exercício dos direitos políticos;

III – O alistamento eleitoral;

IV – O domicílio eleitoral na circunscrição;

V – A filiação partidária;

VI – A idade mínima de dezoito anos; e

VII – Ser alfabetizado.

§ 2º - O número de Vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral e ratificado em Decreto da Câmara Municipal, tendo em vista a população do Município e observados os limites estabelecidos no art.29, IV da Constituição Federal.

§ 3º - A Mesa da Câmara enviará ao Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, cópias do Decreto Legislativo de que trata o inciso anterior.

* Alteração do Capítulo II, do Título III, que passa a vigorar como Título IV, Capítulo I, Seção I, denominada “Da Câmara Municipal”, conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Artigo 13º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção I, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Parágrafo 1º ao 3º, inseridos no artigo 13º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Incisos I ao VII, inseridos no parágrafo 1º, artigo 13º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

Art. 14 – A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 1º (primeiro) de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 (trinta e um) de dezembro.

§ 1º - As reuniões designadas para estas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solene, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I – Pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II – Pelo Presidente da Câmara para compromisso e a posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

III – Pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;

IV – Pela Comissão Representativa da Câmara nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

§ 4º - Na sessão legislativa, extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 5º - Salvo disposições em contrário da Constituição Federal e desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões serão tomadas por a maioria de votos, perante a maioria absoluta de seus membros.

§ 6º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem deliberação sobre o Projeto de Lei Orçamentária.

§ 7º - As sessões da Câmara serão realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, salvo quando pela maioria de seus membros, for autorizada a mudança temporária de sua sede.

I – Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas reuniões em outro local designado pela Mesa, com a aprovação da maioria dos seus membros e prévia divulgação pública.

II – As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara, por decisão do Presidente ou da maioria dos membros da Câmara.

III – As sessões, qualquer que seja a natureza, serão públicas salvo deliberação em contrário de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, em razão de motivo relevante.

IV – As sessões somente poderão ser abertas com a presença de no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o Livro de Presença até o início da Ordem do Dia e participar dos trabalhos do Plenário e das Votações.

V – É assegurado o uso da palavra a representantes populares na tribuna da Câmara durante as reuniões, na forma e nos casos definidos pelo Regimento Interno.

VI – Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara, através do Presidente, poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

a) A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à Câmara, e, se o Secretário ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da lei federal, e conseqüente cassação do mandato.

b) A convocação feita a Secretário Municipal ou Diretor equivalente, se fará através de ofício da Presidência, constando desde já o assunto a ser tratado, dispensando-se toda via, seja circunstanciado.

* Artigo 14º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção I, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Parágrafo 1º ao 7º, inseridos no artigo 14º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Incisos I ao IV, inseridos no parágrafo 3º, artigo 14º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Incisos I ao IV, inseridos no parágrafo 7º, artigo 14º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº 009/2001.

* Parágrafo Único, inserido no Inciso IV, do Parágrafo 7º, do Artigo 14º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº 009/2001.

* Incisos V e VI, e alíneas “a” e “b” do inciso VI, inseridos no parágrafo 7º, artigo 14º, com redação conforme Aditiva nº030/2001.

SEÇÃO II DA POSSE

Art. 15 - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.

§ 1º - A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado entre os presentes, cabendo a ele prestar o seguinte compromisso: “Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e bem-estar de meu povo.”

§ 2º - Prestado o compromisso pelo Presidente, o Secretário que for designado para esse fim fará a chamada nominal de cada Vereador que declarará: “Assim o Prometo.”

§ 3º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 4º - No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se e fazer declaração de seus bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas no Cartório de Títulos e Documentos, sob pena de responsabilidade e de impedimento para o exercício futuro de qualquer cargo no Município.

a) No caso de empate entre os Vereadores mais votados, competirá ao Vereador mais idoso presidir os trabalhos na reunião solene de que trata o § 1º do artigo 15 e *caput* do artigo 16 desta Lei Orgânica.

b) Inexistindo número legal, aplicar-se-á o disposto na alínea anterior no que se refere à Presidência da Câmara, devendo o Vereador que assumir interinamente a Presidência, convocar sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

* Inserida Seção II, denominado “Da Posse”, no Título IV, Capítulo I, conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Artigo 15º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção II, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Parágrafo 1º ao 4º, inseridos no artigo 15º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Alíneas a e b, inseridas no parágrafo 4º, artigo 15º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

SEÇÃO III DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 16 – Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado dentre os presentes, por maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa que serão automaticamente empossados.

§ 1º - A Mesa da Câmara se comporá de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 2º - O mandato será de 01 (um) ano, permitida a recondução para o mesmo cargo por um mandato na eleição imediatamente subsequente.

§ 3º - Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso assumirá a Presidência, juntamente com um secretário por ele designado.

§ 4º - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre na última sessão ordinária legislativa, empossando-se os eleitos em 1º janeiro do ano seguinte, sob coordenação do Presidente da Câmara naquela oportunidade.

§ 5º - O Regimento Interno da Câmara disporá sobre a forma de eleição, composição da Chapa, exigências e formalidades.

§ 6º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições constitucionais ou regimentais, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

* Inserida Seção III, denominada “Da Eleição da Mesa”, no Título IV, Capítulo I, conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Artigo 16º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção III, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Parágrafo 1º ao 6º, inseridos no artigo 16º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

Art. 17 – À Mesa, dentre outras atribuições, compete, privativamente:

- I – Declarar a perda de mandato do Vereador, de Ofício, nos termos do Regimento Interno;
- II – Tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- III – Propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixar os respectivos vencimentos;
- IV – Apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
- V – Promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;
- VI – Representar, junto ao Executivo, sobre a necessidade de economia interna;
- VII – Contratar, na forma da lei, por tempo determinado, pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Câmara Municipal.

§ 1º - Compete, ainda, à Mesa Diretora propor, se for o caso, Ação direta de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição do Estado ou da República.

§ 2º - A ação será instaurada dentro de 15 (quinze) dias, contados da deliberação da Mesa Diretora, sob pena de responsabilidade de seu Presidente;

§ 3º - Cabe à Câmara, à vista de comunicação do Tribunal de Justiça, suspender, no todo ou em parte, a execução da lei ou ato normativo municipal declarado inconstitucional;

§ 4º - No caso de inconstitucionalidade reconhecida com fundamento em emissão de medida de competência da Câmara, para tornar efetiva norma de Constituição, a Mesa Diretora dará início ao processo legislativo, dentro de 15 (quinze) dias, contados da comunicação do Tribunal de Justiça;

§ 5º - Evidenciando-se omissão imputada a órgão administrativo, a Câmara manterá sob controle a prática do ato, que deverá dar-se dentro de 30 (trinta) dias, sob a pena de responsabilidade.

§ 6º – A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

VIII – O Secretário Municipal ou Diretor equivalente, poderá, por iniciativa própria, mediante requerimento dirigidos à Mesa ou seu Presidente, comparecer perante o Plenário ou qualquer Comissão da Câmara para expor assunto e discutir projeto de Lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

IX – A mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como, a prestação de informação falsa.

X – O Prefeito, mediante solicitação à Mesa, poderá comparecer à Câmara ou perante qualquer de suas Comissões por iniciativa, para expor assunto de relevância para o Município.

XI – elaborar e encaminhar ao Prefeito, observada a lei de Diretrizes Orçamentária, a previsão de despesas correntes e de capital de Poder Legislativo a ser incluídas nas propostas orçamentárias do Município, e fazer a descrição analíticas das dotações do orçamento da Câmara, bem como alterá-las, nos limites autorizados, até 31 de agosto, anualmente.

XII – apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

XIII – devolver ao órgão de tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa não utilizado até o final do exercício;

XIV – assegurar aos Vereadores, às Comissões e o Plenário, no desempenho de suas atribuições, os recursos materiais e técnicos previstos em sua organização administrativa;

XV – declarar interno o mandamento do Vereador, do Prefeito e Vice-Prefeito, nos casos de infração política-administrativa e os previstos nos inciso do art. 42 e § 3º do art. 60.

XVI – propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição do Estado ou da Republica;

XVII – defender a lei e o ato normativo municipal, em ação direta que vise a declarar-lhes a inconstitucionalidade;

XVIII – exercer outras atribuições previstas em lei.

XVIII – representar junto ao Executivo, sobre a necessidade de economia interna;

* Inserida Seção IV, denominada “Das Atribuições da Mesa”, no Título IV, Capítulo I, conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Artigo 17º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção IV, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Incisos I ao VII, inseridos no artigo 17º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Parágrafo Único, do Inciso VII, artigo 17º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Incisos VIII ao X, inseridos no artigo 17º, com redação conforme Emenda Aditiva nº030/2001.

* Incisos XI ao XVIII, inseridos no artigo 17º, com redação conforme Emenda Aditiva nº031/2001.

* Parágrafos 1º ao 5º, do Inciso VII, artigo 17º, inseridos , com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 036/2001.

* Parágrafo Único, do Inciso VII, artigo 17º, com redação dada pela Emenda nº 09/2001, alterado para § 6º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 036/2001.

SEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 18- Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do município, especialmente no que se refere:

I- Assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, notadamente no que diz respeito:

a) - À saúde, à assistência pública e à proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência física e mental;

b) - À proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município;

c) - Ao impedimento da evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do município;

d) - À fomentação dos meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, ao esporte, lazer e turismo;

e) - À proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição;

f) - Ao incentivo a indústria e ao comércio;

g) - À criação de distritos industriais, cooperativismo e associativismo;

h) - Ao fomento da produção agropecuária e à organização de abastecimento alimentar;

i) - À promoção de programas de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico;

j) - Ao combate à causas da pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

l) - Ao registro, ao acompanhamento e à fiscalização das concessões de pesquisas e exploração dos recursos hídricos e minerais em seu território;

m) - Ao estabelecimento e à implantação da política de educação para o trânsito;

n) - À cooperação com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar, atendidas as normas fixadas em lei complementar federal;

o) - Ao uso e armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins;

p) - Às políticas públicas do município;

II- Tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas, na conformidade dos incisos VI, VII e VIII do artigo 12;

III- Votar o orçamento anual, plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV- Votar a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, nos termos da lei federal, bem como sobre a forma e os meios de pagamento;

V- Autorizar a concessão de auxílio e subvenções;

VI- Autorizar a concessão de serviços públicos;

VII- Autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;

- VIII- Autorizar a concessão administrativa temporária de uso dos bens municipais, assim como a alienação de bens imóveis;
- IX- Autorizar a aquisição de bens imóveis;
- X- Votar a criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual;
- XI- Dispor sobre todas as matérias relativas ao servidor público da administração direta e indireta, seu regime jurídico, estabilidade, aposentadoria, criação, transformação de cargos e fixação de remuneração;
- XII- Aprovar plano diretor de desenvolvimento integrado;
- XIII- Votar a denominação ou alteração de denominação de prédios, estabelecimentos, vias e logradouros públicos;
- XIV- Autorizar o ordenamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;
- XV- Votar a organização e prestação de serviços públicos;
- XVI – Autorizar consórcios com outros municípios;
- XVII – Votar o estabelecimento de normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamentos;
- XVIII – Autorizar a criação e regulamentação da guarda municipal;

§ 1º - A Câmara Municipal é obrigada a publicar, mensalmente, boletim relatando suas atividades, os projetos apresentados, as leis aprovadas, o valor da remuneração dos agentes políticos, matérias requeridas por um terço da edilidade, no mínimo, e quaisquer outros esclarecimentos de interesse da população.

§ 2º - A Câmara Municipal e suas comissões funcionam, para deliberação, com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros e as deliberações são tomadas por maioria simples dos votos presentes, salvo os casos previstos na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno.

- XIX – Cumprir atividades especificamente dirigidas ao desenvolvimento da cidadania e à organização comunitária, buscando, ainda, integrá-la ao governo local;
- XX – Manifestar-se, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em favor de proposta de Emenda à Constituição do Estado.

* Inserida Seção V, denominado “Das Atribuições da Câmara”, no Título IV, Capítulo I, conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Artigo 18º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção V, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Incisos I a XV, inseridos no artigo 18º, com redação alterada conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº 009/2001.

* Incisos XVII a XX, inseridos no artigo 18º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº 009/2001.

* Alíneas a à p, inseridas no Inciso I, artigo 18º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no Inciso XVIII, artigo 18º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº 009/2001.

Art. 19 – A remuneração dos vereadores terá como limite máximo o valor percebido como remuneração pelo Prefeito Municipal;

Parágrafo único – Os serviços administrativos de apoio a Câmara incubem à sua secretaria e ao setor jurídico.

* Parágrafo Único inserido no artigo 19º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 028/2001.

Art. 20 – Compete privativamente à Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições:

I- Eleger sua Mesa Diretora; bem como destituí-la na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno;

II- Elaborar o seu regimento interno;

III- Exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas ou Órgão Estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, com ênfase no que se refere a:

a) Atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) Aos limites e condições para a realização de operação de crédito e inscrição de Restos a Pagar;

c) Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite fixado por lei federal;

d) Providências tomadas para a recondução dos montantes da dívida consolidada e mobiliária aos respectivos limites

e) Destinação de recursos obtidos com alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e lei complementar federal;

f) Cumprimento do limite de gastos totais da Câmara Municipal;

IV- Julgar as contas anuais do Município, o relatório semestral de Gestão Fiscal e, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

V- Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar dos limites de delegação legislativa;

VI - Dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;

VII - Autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;

VIII - Fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e fundacional;

IX- Proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas à Câmara Municipal dentro do prazo de 90 (noventa) dias após a abertura da sessão legislativa;

X- Representar ao Procurador Geral da Justiça, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros, contra o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública da qual tiver conhecimento;

XI- Dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do cargo, nos termos previstos em lei;

XII- Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do Cargo;

XIII- Criar comissões especiais de inquéritos sobre fato determinado, incluído na competência da Câmara Municipal, sempre que o requerer, pelo menos 1/3 (um terço) dos membros dos Vereadores;

XIV- Convocar os Secretários municipais ou ocupantes de cargos equivalentes para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XV - Solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à Administração;

- XVI - Autorizar referendo e convocar plebiscito;
- XVII - Decidir sobre a perda de mandato nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica;
- XVIII- Conhecer de convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União;
- XIX – Estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;
- XX - Conceder título de Cidadania Honorária ou conferir homenagem a pessoas que tenham reconhecidamente prestado relevantes serviços ao município ou nele se destacado pela sua atuação exemplar de vida pública, mediante proposta de autoria do Prefeito ou Vereadores, aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
- XXI – Solicitar intervenção do Estado no Município, mediante proposta de 2/3 (dois terços) dos seus membros;
- XXII – Processar e julgar o Vereador, o Prefeito e o Vice-Prefeito por infração político administrativa, e se for o cãs, cassar-lhes o mandato;
- XXIII – Fixar, por lei de sua iniciativa, observado o que dispõem os arts.29, inciso V, 37, inciso XI; 39,§ 4º, 150, inciso II; 153, inciso III e § 2º, I, da Constituição Federal, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou equivalentes, em cada legislatura para a subsequente;
- XXIV – Fixar, por lei de sua iniciativa, os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara, em razão de, no máximo, 30% (trinta por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os artigos 39, § 4º, 57,§ 7º, 150, II, 153, III e § 2º, I, da Constituição Federal;
- XXV – Aprovar crédito suplementar ao orçamento de sua secretaria, nos termos desta Lei Orgânica;
- XXVI – Convocar, com antecipação mínima de 15 (quinze) dias, salvo nos casos de urgência, quando este prazo se restringirá para 72 (setenta e duas) horas, secretários municipais ou equivalentes, auxiliares diretos do Prefeito ou ocupante de cargos da mesma natureza, incluindo dirigente de entidade administrativa indireta, para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos referentes à administração, de sua competência, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo Único – Nos assuntos de sua competência privativa, a Câmara deliberará por Resolução.

XXVII – Zelar pela preservação de sua competência legislativa;

XXVIII – Suspender, no todo ou em parte, a execução de lei ou ato normativo municipal declarado inconstitucional por decisão definitiva do Tribunal de Justiça, em face da Constituição da República ou do Estado, desde que o requerimento tratando do assunto seja provado pela maioria da Câmara Municipal;

XXIX – Fiscalizar e controlar os atos da Mesa Diretora, do Poder Executivo e os de Administração Indireta;

XXX – No caso de condenação, por infração político-administrativa, esta será proferida por 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara, e se limitará à perda do cargo, com inabilitação, por 08 (oito) anos, para o exercício de função pública sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

* Artigo 20º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção V, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Incisos I a XXX, inseridos no artigo 20º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº 009/2001.

* Alíneas a à f, inseridas no Inciso III, artigo 20º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº009/2001.

* Parágrafo Único, inserido no Inciso XXVI, artigo 20º, com redação conforme Emenda Supressiva/Substitutiva/Aditiva nº 009/2001.

SEÇÃO VI DAS COMISSÕES

Art. 21- A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

I – Considerar-se-á permanentes as comissões de cunho técnico-legislativo cuja finalidade é apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame assim como exercer as demais atribuições previstas nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara Municipal;

II – Temporárias são as comissões criadas para apreciar assunto específico e que se extinguem quando atingida a sua finalidade ou expirado o seu prazo de duração, recebendo o nome de especiais no ato de designação.

* Artigo 21º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção VI, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

* Incisos I e II, inseridos no artigo 21º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

Art.22 – Assegurar-se-á nas comissões, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos que participem da Câmara Municipal ou, não existindo, pelos blocos parlamentares representados no Legislativo, devidamente registrados na Secretaria.

§ 1º - Nas comissões temporárias e indicação dos seus componentes será feita pelos líderes das bancadas ao Presidente da Câmara, por escrito, em 24 (vinte e quatro) horas e, omitindo-se aquele nesta providência ou ocorrendo renúncia de qualquer membro, não se aplicará o previsto no *caput* deste artigo, permitindo-se ao Presidente proceder a indicação.

§ 2º - A representação dos partidos será obtida dividindo-se o número de membros de cada Câmara pelo número de cada comissão, e o número de Vereadores de cada Partido, pelo quociente assim lançado, obtendo-se, então, o coeficiente partidário.

* Artigo 22º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção VI, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no artigo 22º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

Art. 23 – Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – Discutir e votar projeto de lei que dispensar, nos termos e na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara;

II – Realizar audiência pública com entidade ou membro da sociedade civil;

III – Convocar, além do Secretário Municipal, outras autoridades e servidores municipais para prestar informações sobre o assunto sua competência ou inerentes às suas atribuições, constituindo infração administrativa, a recusa ou o não atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos e improrrogáveis, a contar da data da convocação.

a) -A recusa ou não localização das pessoas de que trata o inciso anterior para recebimento da convocação, faculta à comissão proceder o chamamento através de publicação em jornal oficial ou de circulação no Município, por 02 (duas) vezes, no interregno de 15 (quinze) dias.

b) – Transcorrido o prazo acima, após realizadas as publicações, o silêncio do convocado será considerado recusa para todos os fins.

IV – Realizar audiências públicas em regiões do Município, para subsidiar o processo legislativo.

V – Receber petição, reclamação ou representação de qualquer entidade ou cidadão contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública municipal e encaminhá-la a quem de direito;

VI – Apreciar plano de desenvolvimento e programas de obras do Município e sobre eles emitir parecer;

VII – Acompanhar, junto à Prefeitura Municipal a elaboração das propostas orçamentárias, bem como sua posterior execução, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VIII – Convidar o Prefeito ou outra autoridade Municipal para prestar esclarecimentos sobre assuntos de suas competências, constituindo infração político-administrativa, a recusa ou não atendimento após 30 (trinta) dias;

IX – Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

X – Apreciar plano de desenvolvimento e programa de obras do Município;

XI – Acompanhar a implantação dos planos e programas de que trata o inciso anterior e exercer a fiscalização dos recursos municipais neles investidos.

§ 1º - Qualquer entidade comunitária poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita, por representante seu, emitir conceitos ou opiniões junto às comissões, sobre projetos em estudo.

§ 2º - O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dias e hora para seu pronunciamento e seu tempo de duração.

* Artigo 23º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção VI, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

* Incisos I ao XI, inseridos no artigo 23º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

* Alíneas a e b, inseridos no inciso III, artigo 23º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no inciso XI, artigo 23º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

Art.24 – Durante os recessos de Janeiro e julho, permanecerá de plantão uma comissão representativa da Câmara, observada, em sua composição, tanto quanto possível a proporcionalidade das representações partidárias, e ainda:

I – Seus membros serão eleitos na última reunião de cada período da sessão legislativa ordinária, e inelegíveis para o período subsequente, salvo o disposto no inciso III deste artigo;

II – Suas atribuições serão definidas no Regimento Interno;

III – O Presidente da Câmara obrigatoriamente deve integrá-la, e a ela presidirá.

* Artigo 24º inserido no Título IV, Capítulo I, Seção VI, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

* Incisos I a III, inseridos no artigo 24º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 010/2001.

SEÇÃO VII

DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 25- O Presidente é o representante da Câmara, em juízo e fora dele.

Parágrafo único – Ao Presidente da Câmara, além das atribuições do artigo seguinte, incumbe:

I – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

II – interpretar e fazer cumprir o Regime Interno;

- III – promulgar as resoluções e decretos legislativos;
- IV – promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;
- V – fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;
- VI – autorizar as despesas da Câmara;
- VII – representar por decisões da Câmara, sobre a reconstitucionalidade de leis ou ato municipal;
- VIII – declarar extinto o mandato do Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito, nos casos previstos em lei;
- IX – requisitar ao Prefeito, o numerário com que acorrer as despesas da Câmara;
- X – exercer em substituição, a Chefia do Executivo Municipal, as hipóteses previstas em lei;
- XI – designar comissões especiais, nos termos regimentais;
- XII – prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de assuntos gerais de interesse ao Poder Legislativo;
- XIII – realizar audiências públicas com entidades e membros da comunidade, para o debate de assuntos gerais de interesse do poder legislativo.
- XIV – dar posse a Vereadores e convocar suplentes;
- XV – praticar os atos de administração do pessoal da Câmara, incluindo os de nomear, exonerar, aposentar, conceder licença e promover;
- XVI – impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, a esta Lei e ao Regimento Interno.

* Modificação para Seção VII, da Seção X, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 011/2001.

* Artigo 25º , inserido no Título IV, Capítulo I, Seção VII, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 011/2001.

* Parágrafo Único e Incisos I à XVI, inseridos no artigo 25º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 033/2001.

Art. 26 – São atribuições do Presidente, além daquelas expressas no Regimento Interno ou que decorram de suas funções e prerrogativas:

- I- Representar a Câmara Municipal;
- II- Dirigir, executar, e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III- Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV- Promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenham sido rejeitado pelo plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;
- V- Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções e os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;
- VI- Declarar extinto o mandato de Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;
- VII- Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;
- VIII- Designar comissões especiais nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias;
- IX- Mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;
- X- Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
- XI- Administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar atos pertinentes a essa área de gestão.
- XII – Autorizar a despesa da Câmara e o seu pagamento, dentro dos limites do orçamento, observando as disposições legais e requisitando à Prefeitura o respectivo numerário;
- XIII – Tomar parte nas discussões e deliberações da Mesa, com direito a voto e assinar atos e decisões;
- XIV – Manter, em nome da Câmara, todos os contatos de direito com o Prefeito e demais autoridades;
- XV – Agir judicialmente, em nome da Câmara, “ad referendum” ou por deliberação do Plenário;
- XVI – Zelar pelo prestígio da Câmara e pelos direitos, garantia e respeito devidos aos seus membros;

- XVII – Dar ciência ao Prefeito, em 48 (quarenta e oito) horas, dos projetos rejeitados ou de decurso de prazo para deliberação;
- XIX – Dar posse aos Vereadores e Suplentes;
- XX – Conceder licença aos Vereadores, nos casos previstos em lei;
- XXI – Prestar contas trimestralmente ao Tribunal de Contas do Estado;
- XXII – Adequar as despesas da Câmara ao percentual fixado por Lei Federal;

* Artigo 26º , renumerado (antigo artigo 33), inserido no Título IV, Capítulo I, Seção VII, conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 011/2001.

* Incisos XII a XXII, inseridos no artigo 26º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 011/2001.

Art. 27- O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

- I- Na eleição da Mesa Diretora;
- II- Quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou de maioria absoluta dos membros da Câmara;
- III- Quando ocorrer empate em qualquer votação no Plenário.

* Artigo 27º , renumerado (antigo artigo 34), inserido no Título IV, Capítulo I, Seção VII, conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 011/2001.

SEÇÃO VIII

DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 28- Ao Vice-Presidente compete, além das atribuições contidas no Regimento Interno, as seguintes:

- I- Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido plenamente das respectivas funções;

- II- Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;
- II- Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda do mandato de membro da Mesa.

Art. 29 – O mesmo fará o Secretário em relação ao Vice-Presidente.

Art.30 – Quando o Presidente deixar a Presidência, durante a sessão, a substituição será efetuada observando-se as disposições acima, de forma automática, devidamente consignada e fundamentada na respectiva ata.

* Modificação para Seção XI para Seção VIII, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 012/2001.

* Artigo 35º , renumerado para artigo 28º, com redação inserido no Título IV, Capítulo I, Seção VIII, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 012/2001.

* Artigos 29º e 30º inseridos, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 012/2001.

SEÇÃO IX

DO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 31- Ao Secretário, compete, além das atribuições previstas no Regimento Interno, as seguintes:

- I- Redigir as atas das sessões secretas e das reuniões da Mesa;
- II- Acompanhar e supervisionar a redação das atas das demais sessões e proceder à sua leitura;
- III- Fazer a chamada dos vereadores;

IV- Registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno;

V- Substituir os demais membros da Mesa quando necessário.

* Modificação para Seção XII para Seção IX, conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 012/2001.

* Artigo 36º, renumerado para artigo 31º, conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 012/2001.

SUBSEÇÃO I DOS VEREADORES

Art. 32- O Vereador, agente político, é inviolável por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município e quando em representação oficial a serviço deste.

Parágrafo Único – À Presidência da Câmara compete tomar todas as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores, quando do exercício do mandato.

Art. 33- Os vereadores não serão obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações, salvo em se tratando de matéria que caracterize crime funcional.

* Subseção I alterada para o Título IV, Capítulo I, Seção IX, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

* Artigos 37º e 38º, renumerados para artigos 32º e 33º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

SUBSEÇÃO II

DIREITOS

Art. 34- Incluem entre os direitos do Vereador, nos termos da Lei ou do regimento Interno:

- I – Exercer a vereança, na plenitude de suas atribuições e prerrogativas;
- II – Votar e ser votado;
- III – Formular requerimento e fazer indicações;
- IV – Participar de comissões;
- V – Exercer a fiscalização do poder público municipal;
- VI – Ser remunerado pelo exercício da vereança;
- VII – Desincumbir-se de missão de representação, de interesse da Câmara, para qual tenha sido designado ou, mediante autorização desta, para participar de eventos, relacionados com exercício da Vereança, incluídos congressos, seminários, cursos intensivos de administração pública, direito municipal, organização comunitária e assuntos pertinentes à ciência política;
- VIII – Aceitar cargo de provimento em comissão, assim declarado em lei, e de auxiliar direto do Prefeito, incluindo o de dirigente superior da entidade de administração indireta, hipótese em que se considerará automaticamente licenciado do cargo de Vereador, por cuja remuneração poderá optar.

* Subseção II alterada para o Título IV, Capítulo I, Seção IX, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

* Artigos 39º, alterado e renumerado para artigo 34º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

SUBSEÇÃO III

DAS LICENÇAS

Art. 35 – O Vereador poderá licenciar-se:

- I – Por motivo de doença ou acidente, nos termos do laudo de junta médica, a ser periodicamente renovado, segundo norma regimental;

II – Por 120 (cento e vinte) dias, no caso de Vereadora gestante;

III – Para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 60 (sessenta) dias por sessão legislativa;

IV – Para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município, enquanto durar o evento;

V – Por 05 (cinco) dias, para licença paternidade;

§ 1º - Aos Vereadores licenciados nos termos do Inciso I ou II, a Câmara não poderá determinar nenhuma espécie de pagamento, especialmente, a título de auxílio-doença ou auxílio especial.

I – O Vereador afastado por motivo de doença ou acidente, receberá, exclusivamente, o subsídio que lhe for de direito, até o 15º (décimo quinto) dia de afastamento;

§ 2º - A Lei fixará os direitos de indenização de despesas de viagem do Vereador.

§ 3º - A licença para tratar de assuntos pessoais não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença;

§ 4º - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença não remunerada, o não comparecimento às reuniões de Vereador privado temporariamente de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso, caso em que permitir-se-á ultrapassar os 60 (sessenta) dias permitidos, limitando-se este prazo em 120 (cento e vinte) dias.

Art. 36 – Dar-se-á a convocação, pelo Presidente ou seu substituto, do Suplente do Vereador, em 48 (quarenta e oito) horas, nos casos de vaga ou licença com prazos superiores a 30 (trinta) dias.

§ 1º - O Suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da convocação, salvo justo motivo apresentado e aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo, pelo máximo estabelecido para a posse;

§ 2º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes;

§ 3º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara, em 48 (quarenta e oito) horas, comunicará o fato ao Tribunal Regional Eleitoral;

§ 4º - O Suplente que fizer a desincompatibilização na primeira substituição, fica dispensado de repeti-la no curso daquele mesmo mandato, acaso novamente convocado para substituir Vereador.

* Subseção III alterada para o Título IV, Capítulo I, Seção IX, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

* Artigos 40º e 41º, alterados e renumerados para artigos 35º e 36º , com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

SUBSEÇÃO IV DOS DEVERES

Art. 37 – São deveres do Vereador em outros:

I – Comparecer às reuniões da Câmara, com assiduidade e pontualidade;

II – Observar as normas legais e regulamentares;

III – Zelar pela autonomia da Câmara;

IV – Colaborar na edição de leis justas, conducentes à realização dos objetivos do Município;

V – Exercer em equilíbrio e firmeza o dever de fiscalizar o governo local;

VI – Empenhar-se na difusão e prática dos valores democráticos, entre eles, o exercício da cidadania plena e a organização e fortalecimento comunitário.

* Subseção IV alterada para o Título IV, Capítulo I, Seção IX, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

* Artigo 37º , com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

SUBSEÇÃO V DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 38 – É incompatível com o decoro parlamentar além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por este, de vantagens indevidas.

Art. 39 – É defeso do Vereador:

I – Desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com o Município, com pessoas jurídica de direito público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) Aceitar cargo, emprego ou função remunerados, no âmbito da Administração Pública direta ou indireta Municipal, inclusive os que sejam demissíveis “*ad nutum*” nas entidades indicadas na aliena anterior;

II – Desde a posse:

a) Ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável “*ad nutum*” , salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) Exercer cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município ou nela exercer função remunerada;

d) Patrocinar causa junto ao Município, em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do Inciso I.

* Subseção V alterada para o Título IV, Capítulo I, Seção IX, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

* Artigos 38º e 39º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

SUBSEÇÃO VI DO VEREADOR SERVIDOR PÚBLICO

Art. 40 – Ao Vereador que seja servidor público aplica-se as seguintes regras:

- a) Havendo compatibilidade de horário poderá exercer cumulativamente percebendo as vantagens do cargo, emprego ou função que ocupe em caráter efetivo, sem prejuízo da respectiva remuneração;
- b) Não havendo compatibilidade de horário, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração ou subsídio;
- c) No caso de afastamento do cargo, emprego ou função para o exercício da Vereança, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Parágrafo Único – Pelas infrações em que incidir, no exercício de suas atribuições, responde o Vereador civil, penal e político-administrativamente.

I – Responde o Vereador civilmente, perante o Município, pelos danos que, nesta condição, houver causado a terceiro, procedendo com dolo e culpa;

II – A responsabilidade penal decorre dos crimes imputados ao Vereador, nesta condição e na forma da Lei Federal;

III – A responsabilidade político-administrativa resulta de atos comissivos ou omissivos, no desempenho do cargo de Vereador, com transgressão de norma pertinente ao exercício da Vereança ou funcionamento da Câmara, nos termos desta lei.

* Subseção VI alterada para o Título IV, Capítulo I, Seção IX, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

* Artigo 40, parágrafo único e incisos, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

SUBSEÇÃO VII
DA CASSAÇÃO, EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DO MANDATO DO VEREADOR

Art. 41- Incidirá em infração político-administrativa e se sujeitará à cassação do mandato do Vereador:

- I – Que inobservar qualquer das vedações contidas no art.39;
- II – Que se valer do cargo ou lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função;
- III – Que, em razão da Vereança, perceber vantagem indevida, de qualquer espécie;
- IV – Que proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na conduta pública;
- V – Que abusar das prerrogativas que lhe são asseguradas;
- VI – Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das reuniões ordinárias da Câmara, salvo licença.

§ 1º - O mandato será cassado pela Câmara, processo por esta determinado e com base na Lei Federal, instaurado pelo voto da maioria simples de seus membros, em face de denúncia da Mesa Diretora, Vereador, Partido Político representado na Câmara ou qualquer cidadão, na qual os fatos sejam objetivamente exposto as provas indicadas.

§ 2º - Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia ou no julgamento das conclusões do relatório e de integrar a Comissão Processante;

§ 3º - Considerar-se-á definitivamente cassado o mandato do Vereador se, pelo voto secreto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, for declarado incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia, desde que prevista neste artigo e objeto, no processo, de parecer conclusivo;

§ 4º - O processo o qual disporá, completamente, o Regimento Interno, será procedido de Sindicância , a critério da Câmara.

Art. 42 – Será declarado extinto pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação, o mandato do Vereador que:

- I – Perder os direitos políticos;
- II – Quando o decretar a Justiça Eleitoral;

III – Que, em sentença transitada em julgado, tiver sofrido condenação criminal em qualquer de suas espécies e regimes;

IV – Que fixar residência fora do Município;

V – Que não tiver tomado posse, no prazo previsto em lei;

Parágrafo Único – Em qualquer dos casos de cassação ou declaração de extinção de mandato mencionados nos parágrafos anteriores ao Vereador será assegurada ampla defesa, observados, entre outros requisitos, o de validade, o contraditório, a publicidade e o despacho ou decisão motivados.

Art. 43 – Extingue-se o mandato e assim será declarado pela Presidência da Câmara no caso de falecimento ou renúncia, por escrito, do Vereador;

Art. 44 – Suspende-se, por ato da Mesa Diretora, o exercício do mandato do Vereador, nos casos de:

- a) Suspensão dos direitos políticos;
- b) Decretação de prisão preventiva;
- c) Prisão em flagrante delito.

* Subseção VII alterada para o Título IV, Capítulo I, Seção IX, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

* Artigos 41º ao 44º, parágrafos, incisos e alíneas, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 013/2001.

SEÇÃO X
DO PROCESSO LEGISLATIVO
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 45- O processo legislativo municipal compreende a elaboração de :

- I- Emendas à Lei Orgânica Municipal;

- II- Leis Complementares;
- III- Leis Ordinárias;
- IV- Decretos Legislativos;
- V- Resoluções.

§ 1º - São, ainda, objeto de deliberação da Câmara, na forma prevista em seu Regimento Interno:

- I – A moção;
- II – A indicação;
- III – O requerimento.

§ 2º - Por meio de resolução, a Câmara disporá sobre matéria de sua competência privativa, são sujeitas à sanção ou veto do Prefeito Municipal:

I – Compete à Mesa Diretora propor, entre outros, os projetos de resolução que versarem sobre:

- a) – O Regimento Interno e suas modificações;
- b) – Assuntos da economia interna da Câmara;
- c) – Perda de mandato de Vereador e destituição da Mesa ou de qualquer dos seus membros;
- d) – Concessão de licença à Vereador nos casos previstos em lei;
- e) – A mudança temporária para o local da reunião da Câmara,;
- f) – Julgamento de recursos.

II – O procedimento de aprovação das resoluções observará o disposto no Regimento Interno.

§ 3º - Por meio de Decreto Legislativo, a Câmara disporá sobre matéria de sua exclusiva competência, não sujeita à sanção ou veto do Prefeito Municipal que produzam efeitos externos:

- I – Constituem projetos de Decreto Legislativo, dentre outros:
 - a) – Concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honorária ou homenagem;
 - b) – Aprovação ou rejeição das contas do Município;
 - c) – Autorização para o Prefeito se ausentar do Município por prazo superior ao estabelecido nesta Lei;

- d) – Mudança do local de funcionamento da Câmara;
- e) – representação à Assembléia Legislativa do Estado sobre modificação territorial ou mudança de nome ou da sede do Município;
- f) – Concessão de licença ao Prefeito, nos casos legais.

II – A tramitação do Decreto Legislativo, obedecerá o disposto no Regimento Interno.

§ 4º - As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, desde que presentes mais da metade de seus membros.

I – A maioria de votos de que trata este artigo será qualificada nos termos dos parágrafos seguintes:

II – Dependerá do voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, a aprovação dos projetos que versarem, entre outros, sobre:

- a) – Emenda a Lei Orgânica;
- b) – Concessão de serviços públicos;
- c) – Concessão de direito real de uso de bem imóvel;
- d) – Alienação de bem imóvel;
- e) – Aquisição de bem imóvel por doação com cargo;
- f) – Outorga de título e honorária;
- g) – Contratação de empréstimo de entidade privada;
- h) – Rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas;
- i) – Cassação de mandato de Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito;
- j) – Anistia fiscal, nos termos da Lei Federal;
- l) – Perdão de dívida ativa, nos termos da Lei Federal e somente admitida em casos de calamidade, comprovada pobreza do contribuinte e de instituições reconhecidas como de utilidade pública;
- m) – Aprovação de empréstimo, operação de crédito e acordo externo, de qualquer natureza, dependente de autorização do Senado Federal;
- n) – Modificação de denominação de logradouro público com mais de 10 (dez) anos;
- o) – Designação de outro local para reunião da Câmara;
- p) – Destituição da Mesa ou de qualquer de seus Membros;

q) – Sustentação de ato normativo do Poder Executivo;

r) – Extinção de cargo público;

s) – Representação contra o Prefeito;

III – A aprovação pela maioria dos membros da Câmara será exigida quando se tratar de projetos que versarem, entre outros sobre:

a) – Plano diretor de desenvolvimento integrado;

b) – Aprovação e modificação do regimento interno;

c) – Codificação;

d) - Demais posturas que envolverem exercício de polícia administrativa, incluindo o zoneamento e parcelamento do solo;

e) – Regimento jurídico único e estatuto dos servidores públicos, inclusive as modificações ou alterações propostas;

f) – Eleição dos membros da Mesa Diretora, em escrutínio secreto;

g) – Renovação, na mesma sessão legislativa, de projeto de lei rejeitado;

h) – Convocação de auxiliar direto do Prefeito, para prestar informações;

i) – Criação de comissão de inquérito;

j) – Aprovação de relatório de comissão da Câmara;

l) – Política de proteção, controle e conservação de meio ambiente;

§ 5º - Compete à Câmara pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, sustar total ou parcialmente, a execução de atos normativos do poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

I – A sustação se dará em Decreto da Câmara, com base em parecer unânime e fundamento das comissões, ouvindo ainda, o órgão de assessoramento jurídico;

II – Ao Prefeito é facultado pedir, fundamentadamente, à Câmara, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação, que seja reconsiderado o ato de sustação.

§ 6º - A Mesa Diretora proporá, se for o caso, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da constituição do Estado ou da República.

I – A ação será instaurada dentro de 15 (quinze) dias, contados da deliberação da Mesa Diretora, sob pena de responsabilidade de seu Presidente;

II – Cabe à Câmara, à vista de comunicação do Tribunal de Justiça, suspender, no todo ou em parte, a execução da lei ou ato normativo municipal declarado inconstitucional;

III – No caso de inconstitucionalidade reconhecida em fundamento em emissão de medida de competência da Câmara, para tornar efetiva norma de Constituição, a Mesa Diretora dará início ao processo legislativo, dentro de 15 (quinze) dias, contados da comunicação do Tribunal de Justiça;

IV – No caso de omissão imputada a órgão administrativo, a Câmara manterá sob controle a prática do ato, que deverá dar-se dentro de 30 (trinta) dias (Constituição do Estado – art. 118, § 4º), sob pena de responsabilidade.

VI – lei delegada,

§ 1º - Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à Lei Complementar e os planos plurianuais e o orçamento não serão objetos de delegação;

a) As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar delegação à Câmara Municipal.

§ 2º - A delegação ao Prefeito será sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos do seu exercício;

§ 3º - O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara, que a fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

* Acrescenta parágrafos, incisos e alíneas no artigo 45º, Título IV, Capítulo I, Seção X, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 014/2001.

* Inciso VI, § 1º. Alínea “a”, e parágrafos 2º e 3º, inseridos com redação conforme Emenda Aditiva nº 033/2001.

SUBSEÇÃO II

DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 46- A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I- de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II- Do Prefeito municipal;

III- De iniciativa popular.

§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, com interstício de dez dias, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º - As regras de iniciativa privada pertinentes à legislação organizacional se aplicam à competência para apresentação da proposta de que trata esse artigo.

§ 4º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de Estado e Sítio ou Estado de Defesa ou quando o Município estiver sob intervenção estadual.

§ 5º - A proposta procedente da iniciativa popular, somente será protocolada na Câmara se estiver assinada por 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município e, na discussão, faculta-se assegurar a sua defesa na Comissão e em Plenário, por um dos signatários previamente indicado.

§ 6º - a matéria constante da proposta da emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser representada no mesmo período legislativo.

* Aditamento de parágrafos 3º ao 6º, no artigo 46º, Título IV, Capítulo I, Seção X, Subseção II, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 015/2001.

SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Art. 47- A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - A Lei Complementar é aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara, observados os demais termos de votação das leis ordinárias;

§ 2º - Consideram-se Lei Complementar entre outras matérias previstas nesta Lei Orgânica:

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no artigo 47º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 033/2001.

Art. 48- Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I- Regime Jurídico dos servidores;

II- Criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração.

III- A criação, estruturação, atribuições e extinção de Secretaria Municipal, Departamento ou órgão equivalente e entidade da administração indireta;

IV – Matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílio, prêmios e subvenções;

VI- Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

a) – a criação, transformação ou extinção de cargo publico na Administração direta, autárquica e fundacional, assim como a fixação da respectiva remuneração de que trata o inciso anterior, observarão os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias e a disponibilidade de recursos para atender as despesas decorrentes;

* Incisos III, IV e V, e alínea “a” do inciso VI, inseridos no artigo 48º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 033/2001.

Art. 49- A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse específico do Município.

§ 1º - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se para seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do Município.

§ 2º - A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

§ 3º - Caberá ao Regimento Interno da Câmara assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão defendidos na Tribuna da Câmara.

Art. 50- São objetos de leis complementares as seguintes matérias:

I – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

II – o Código Tributário;

III – o Código de Obras

IV – o Código de Posturas

V – o Estatuto dos Servidores Públicos

VI – a Lei o Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo;

VII – a Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores;

VIII – a Lei Orgânica instituidora da Guarda Municipal;

IX – a Lei de Organização Administrativa;

X – a Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos.

* Artigo 50º, modificado com aditamento de parágrafos e incisos, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 016/2001.

* Alteração do artigo 50º, retirando parágrafos , com redação conforme Emenda Aditiva nº 033/2001.

Art. 51- o Prefeito Municipal poderá solicitar na Mensagem de Encaminhamento, urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

* Alteração no artigo 51º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 033/2001.

Art. 52- O projeto de lei aprovado pela Câmara, será no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º- Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará sanção.

§ 2º- Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara Municipal, os motivos do veto.

§ 3º- O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafos, de inciso ou de alínea.

§ 4º- O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, com parecer ou sem ele, em única discussão e votação.

§ 5º- O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos vereadores, mediante votação secreta.

§ 6º- Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto no § 4º deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.

§ 7º- Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal, em 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 8º- Se o Prefeito Municipal não promulgar a lei no prazo previsto no inciso anterior e, ainda, no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá respectivamente, ao Vice-Presidente e ao Secretario, obrigatoriamente, fazê-lo em igual prazo para cada um, sob pena de omissão e responsabilidade.

§ 9º- A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

* Parágrafo 8º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva nº 033/2001.

Art. 53- A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 54- A Resolução destina-se a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Art. 55- O processo legislativo das resoluções e dos decretos legislativos se dará conforme determinado no Regimento Interno, observado, no que couber, o disposto nesta Lei Orgânica.

CAPITULO II
DO PODER EXECUTIVO
SEÇÃO I
DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 56- O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, com funções políticas, executivas e administrativas.

Art. 57- O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos simultaneamente para cada legislatura, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto.

Art. 58- O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de Janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara Municipal ou, se esta não estiver reunida, perante a autoridade judiciária competente, ocasião em que farão o seguinte compromisso:

“Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, promover o bem geral do município e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade”.

§ 1º- Se até o dia 10 (dez) de janeiro o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Câmara Municipal, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º- Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º- No ato de posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita no registro público de títulos e documentos, resumidas em atas e divulgadas para conhecimento público.

§ 4º- O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela legislação local, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais, o substituirá nos casos de licença e o sucederá no caso de vacância do cargo.

Art. 59- Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

§ Único- A recusa do Presidente em assumir a Prefeitura implicará em perda do mandato que ocupa na Mesa Diretora.

SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 60- O Prefeito, o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda de mandato:

I- Firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

II- Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível **ad nutum**, na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no Artigo 38 da Constituição Federal.

III- Ser titular de mais de um mandato eletivo.

IV- Patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo.

V- Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o município ou nela exercer função remunerada.

VI- Fixar residência fora do município.

§ 1º - Extingue-se o mandato e será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito, quando:

- I – ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral, com sentença passada em julgado;
- II – deixar de tomar posse, sem motivo justo e aceito pela Câmara, dentro de 15 (quinze) dias;
- III – infringir qualquer das normas vedadas aos Vereadores desde a diplomação e a posse;
- IV – ausentar-se do Município por período superior ao permitido nesta lei, sem autorização da Câmara.

§ 2º - O Prefeito será processado e julgado pela Câmara, por infração político-administrativa, desde que assegurada ampla defesa, com base, entre outros requisitos de validade, no contraditório, publicidade e decisão motivadas.

§ 3º - Incide o Prefeito em infração político-administrativa, sujeitando-se à cassação do mandato, dentre outras hipóteses previstas em lei federal, no caso de:

- I – impedir ou comprometer o regular funcionamento da Câmara, por fatos comissivos ou omissivos;
- II – fixar residência fora do Município;
- III – impedir o exame de livros, folhas de pagamentos e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissões de investigação da Câmara ou por auditoria regularmente instituída ou contratada;
- IV – desatender, sem motivo justo, as convocações ou pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;
- V – retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;
- VI – descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;
- VII – praticar ato administrativo contra expressa disposição em lei ou omitir-se na prática daquela por ela exigido;
- VIII – deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e na forma regular, a proposta orçamentária;
- IX – omitir-se ou negligenciar-se na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;
- X - ausentar-se do Município por período superior ao permitido nesta Lei Orgânica, ou afastar-se da prefeitura sem autorização da Câmara;
- XI – proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

§ 4º - O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas nos incisos anteriores, obedecerá o seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação superior, Federal ou Estadual, ou com seus dispositivos não conflitar:

I – a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de apuração e acusação, salvo, votar o parecer conclusivo da Comissão;

a) será convocado o suplente do Vereador impedindo, o qual não poderá integrar a Comissão.

b) sendo denunciante o Presidente da Câmara, passará a presidência para seu substituto legal, para os atos do processo e, somente votará, se necessário, para complementar o quorum de votação.

II – De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira reunião subsequente determinará sua leitura, e a submeterá a votação no Plenário que, deliberando pelo recebimento, por voto de sua maioria, permitirá a constituição da Comissão Processante, formada por 03 (três) Vereadores sorteados, entre os desimpedidos e pertencentes a partidos diferentes, os quais decidirão entre si desde logo, fazendo contar na Ata, o Presidente e o Relator.

III - Recebendo o Presidente da Comissão todos os documentos e a cópia da Ata constando o nome de seus integrantes, imediatamente dará início aos trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 10 (dez).

IV – Encontrando-se o Prefeito ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de 03 (três) dias, no mínimo, contando o prazo da primeira publicação.

V – Findo o prazo estipulado nos parágrafos anteriores a Comissão emitirá parecer dentro de 05 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia e, em ambos os casos, será ele submetido ao Plenário. Se a Comissão, desde logo, opinar logo, opinar pelo prosseguimento e assim deliberar o Plenário, seu Presidente designará, de imediato,

o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que fazem necessárias, para depoimento dos indiciado e inquirição das testemunhas.

VI – O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, podendo perguntar e reperguntar as testemunhas, acarear e requerer o que for de interesse da defesa, desde que, não possua o requerimento, caráter protelatório;

VII – Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para que apresente as razões finais, no prazo de cinco dias, após os quais, a Comissão Processante emitirá parecer escrito, pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao presidente da Câmara a convocação extraordinária para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido integralmente, e a seguir, os Vereadores que o desejarem, poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, sendo que, ao final, denunciado, ou seu procurador, terá o prazo de 02 (duas) horas, no máximo, para produzir a defesa oral.

VIII – Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas da denúncia. Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado, pelo voto de pelo menos, 2/3 (dois terço) dos membros da Câmara, incurso que seja, em qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação de mandato do Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará o resultado à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público.

IX – O processo a que se refere este dispositivo, deverá estar concluído dentro em 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 90 (noventa) dias, no caso de extrema necessidade, devidamente justificada, contados da data que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

X – A deliberação para acatar a denúncia lida e pelo prosseguimento ou arquivamento da mesma, nos termos do primeiro parecer da Comissão Processante, obedecerá o quorum de

maioria dos membros da Câmara.

§ 5º - A Câmara Municipal, através da Comissão Processante, poderá tomar as seguintes providências, para garantir a instrução do Processo:

I – suspender o denunciado de suas funções por 90 (noventa) dias, convocando o Vice-Prefeito para responder pelo Poder Executivo neste período, findo o qual, sem julgamento ou absolvido, o Prefeito assumirá automaticamente;

II – interposta qualquer ação judicial pelo denunciado contra o Vereador, em data anterior à leitura da denúncia, não poderá este, integrar a Comissão Processante;

III – havendo prejulgamento por parte de qualquer Vereador, que se manifeste publicamente quanto ao voto que proferirá, antes da sessão de julgamento, será ele impedido de votar;

IV – são válidas as intimações ou notificações feitas apenas ao denunciado ou seu defensor, quando não for possível; fazê-las ambos. A intimação da denúncia será, exclusivamente encaminhada ao denunciado;

V – em nenhuma hipótese será adotada a votação em escrutínio secreto, vedado ao Vereador, neste momento, emitir conceito, opinião ou Manifestar-se a qualquer pretexto;

VI – havendo manifestação do público presente à sessão, poderá a Comissão requerer ao Presidente da Câmara, que utilize o Poder e Polícia e retire os manifestantes do recinto;

VII – durante a instrução processual, poderão os membros da comissão, utilizarem de advogados ou procurador para interrogar, inquirir e praticar qualquer ato para o qual não detenham suficiente experiência e domínio, vedado ao profissional, assinar os documentos pertinentes;

VIII – somente poderão ser dispensados testemunhas, com a aquiescência das partes;

IX – a Comissão Processante, nos casos não previstos na Lei Orgânica, deverá observar as Legislações Federal e Estadual;

§ 6º - As denúncias apresentadas nos termos do § 4º, inciso I, serão lidas e submetidas ao Plenário independentemente da existência de fatos novos.

§ 7º - O Prefeito será suspenso de suas funções, por indiciamento em ilícito caracterizado por infração político-administrativa, se admitida a acusação e instaurado o processo, após requerimento pela Comissão Processante e ainda:

I – quando tiver suspenso os seus direitos políticos;

II – mediante decretação judicial de prisão preventiva;

III – no caso de prisão em flagrante delito;

* Artigo 60º, acrescido de parágrafo 1º, incisos I à IV, com redação conforme Emenda Aditiva nº 018/2001.

* Artigo 60º, acrescido de parágrafos 2º ao 7º, incisos e alíneas, com redação conforme Emenda Aditiva nº 19/2001.

SEÇÃO III DAS LICENÇAS

Art. 61- O Prefeito não poderá ausentar-se do Município sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do mandato, salvo por período inferior a 15 (quinze) dias.

Art. 62- O Prefeito poderá licenciar-se quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada.

§ 1º - No caso deste artigo e de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado fará jus à remuneração integral.

§ 2º - Constituem também direitos do Prefeito:

I – exercer em sua plenitude, as atribuições e prerrogativas de seu cargo;

II – comparecer, voluntariamente, perante a Câmara para prestar informações, pugnar por interesses do Executivo, debater matérias de relevância e interesse comum e defender-se de imputação de prática de irregularidade, no exercício do cargo;

III – ser remunerado pelo exercício do cargo e representação dele decorrente bem como ser ressarcido das despesas com transporte, estadia e alimentação, quando, a serviço do Município dele se deslocar;

IV – participar de associação microrregional, como representante do Município de Itambé do Mato Dentro.

V – postular em juízo, o reconhecimento da validade da proposta orçamentária anual, acaso rejeitada globalmente, sem motivação ou sem fundação jurídica;

VI – licenciar-se por motivo de doença ou acidente, nos termos de laudo de junta médica, a ser periodicamente renovado, se ultrapassar 60 (sessenta) dias, e por 120 (cento e vinte) dias, no caso de Prefeita gestante;

§ 3º - Ao Prefeito é facultado afastar-se do cargo, durante trinta dias, no ano, continuados ou não, em gozo de férias;

§ 4º - É remunerada a licença a que se refere o inciso VI, bem como o afastamento nos termos do § 3º e para missão de representação do Município;

§ 5º - O servidor público investido no mandato de Prefeito ficará afastado do cargo, função ou emprego, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.

§ 6º - O Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo ou atribuição na Administração, optará, em matéria de remuneração.

§ 7º - O Vice-Prefeito, estando ou não no exercício do cargo, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais, caracterizando a escusa, inflação político-administrativa por omissão.

* Artigo 62º, acrescido de parágrafos 2º ao 7º e incisos, com redação conforme Emenda Aditiva nº 21/2001.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 62 – Constituem deveres do Prefeito.

I – exercer as atribuições do seu cargo com zelo, eficácia e probidade;

II – empenhar-se na difusão e prática dos valores democráticos entre eles, o exercício da cidadania plena e o desenvolvimento comunitário;

III – cumprir e fazer que se cumpra a lei;

IV – residir no Município;

V – sustar os efeitos de atos normativos que exorbitam do poder regulamentar;

§ 1º - O Prefeito, na vigência do seu mandato, não pode ser

responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

§ 2º - O Prefeito, sob pena de perda de mandato, não poderá ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias desprovido de autorização da Câmara Municipal.

§ 3º - É vedado ao Prefeito assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros a serem cumpridos no último semestre e após o término do seu mandato não previstos nos orçamentos anual e plurianual ou realizar despesas neste período, para as quais não possua disponibilidade de recursos financeiros.

§ 4º - O disposto neste artigo não se aplica nos casos de calamidade pública.

§ 5º - É também vedado ao Prefeito alienar bem do Município, seja qual for a forma e a natureza de alienação, dentro dos noventa dias que antecederem o término de seu mandato.

§ 6º - Considerar-se-ão nulos, de pleno direito, não gerando qualquer responsabilidade para o Município, os empenhos e atos praticados em desacordo com os § 3º e 5º deste artigo.

* Artigo 62º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 038/2001.

* Incisos I ao V, inseridos no artigo 62º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 038/2001.

* Parágrafos 1º ao 6º, inseridos no inciso V, artigo 62º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 038/2001.

Art. 63- Compete privativamente ao Prefeito:

- I- representar o município em juízo e fora dele;
- II- exercer a direção superior da Administração Pública Municipal;
- III- iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- IV- sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- V- vetar projeto de lei total ou parcialmente;
- VI- enviar à Câmara Municipal o Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual do município;
- VII- dispor sobre a organização e funcionamento da Administração da Prefeitura, na forma desta lei;

- VIII- remeter mensagem e plano de governo à Câmara por ocasião da abertura da sessão legislativa;
- IX- prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do município referentes ao exercício anterior;
- X- prover e extinguir os cargos e as funções públicas municipais na forma da lei;
- XI- celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do município;
- XII- prestar à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados;
- XIII- publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;
- XIV- solicitar o auxílio das forças policiais para garantir o cumprimento dos seus atos;
- XV- decretar calamidade pública quando ocorrerem fatos que a justifiquem;
- XVI – convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir, esclarecendo, na fundamentação da matéria previamente encaminhada, a urgência e interesse público;
- XVII- fixar as tarifas de serviços públicos concedidos e permitidos, bem como aqueles explorados pelo próprio município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;
- XVIII- requerer à autoridade competente a prisão administrativa de servidor público municipal omissos ou remissos na prestação de contas dos dinheiros públicos;
- XIX- dar denominação a prédios municipais e a logradouros públicos;
- XX- superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e aplicação dos tributos e receitas, autorizando as despesas e os pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara Municipal;
- XXI- aplicar as multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-los quando for o caso;
- XXII- realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
- XXIII- resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações que lhe forem dirigidas;

§ 1º- O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XII, XIII, XXII e XXIII deste artigo.

§ 2º- O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, segundo o seu critério, avocar a si a competência delegada.

XXIV – Nomear o Conselho de gestão Fiscal para o acompanhamento e avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal municipal;

XXV – providenciar até 30 (trinta) dias após a publicação do orçamento, o desdobramento das receitas previstas em metas anuais de arrecadação, com especificação em separado, quando cabível de:

- a) das medidas de combate à evasão e à sonegação;
- b) da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida administrativa;
- c) a evolução do montante dos créditos passíveis de cobrança administrativa.

XXVI – realizar, anualmente, no final de cada semestre, a verificação do cumprimento dos limites de despesa com pessoal e da repartição desses limites globais bem como do limite da dívida consolidada;

XXVII – divulgar até 30 (trinta) dias do encerramento do semestre, o Relatório de Gestão Fiscal e as demonstrações que acompanham o Relatório Resumido da execução Orçamentária;

XXVIII – Elaborar, na data prevista em Lei Federal, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo da Lei Orçamentária Anual, contendo a demonstração da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos do anexo das Metas Fiscais;

§ 3º - Compete, ainda, ao Prefeito:

- a) propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição do Estado ou da República;
- b) defender a lei e o ato normativo municipal, em ação direta que viesse a declarar-lhes a inconstitucionalidade;
- c) exercer outras atribuições previstas em lei;

§ 4º - O Prefeito Municipal poderá, discricionariamente, realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesses específico do Município, cujas medidas deverão ser tomadas pela Administração Municipal.

I – A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos 5% do eleitorado inscrito no Município, com a identificação do título eleitoral apresentarem proposição neste sentido, cabendo ao Prefeito decidir sobre a procedência da proposição.

§ 5º - Decidindo o Prefeito pela consulta popular, a votação será organizada pelo Poder Executivo, no prazo de 02 (dois) meses após a representação da proposição, adotando-se cédulas oficial que conterà as expressões SIM e NÃO, indicando, respectivamente, a aprovação ou rejeição da proposição.

I - A proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que compareceram às urnas e que tenham apresentado pelo menos 50% da totalidade dos eleitores envolvidos.

§ 6º - será realizada, no Maximo, uma consulta por ano.

§ 7º - é vedada a realização de consulta popular nos quatro meses que antecederem as eleições para qualquer nível de governo.

§ 8º - O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular que, será considerada como de cisão sobre a questão proposta, devendo o Governo Municipal, quando couber, adotar as providências legais para a sua execução.

* Artigo 63º, acrescido de incisos XXIV à XXXVII, § 3º, com alíneas “a” à “c”, e modifica o inciso XVI, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 017/2001.

* Artigo 63º, acrescido de incisos XXIV à XXXVII, § 3º, com alíneas “a” à “c”, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 017/2001.

* Parágrafos 4º ao 8º, inseridos no inciso XXXVII, artigo 63º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 041/2001.

SEÇÃO V

DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 64 - Nos 30 (trinta) dias precedentes à posse do sucessor, o Prefeito Municipal deverá preparar, para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal que conterà, entre outras, informações atualizadas sobre:

- I – Dívida do Município, por credo, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive da dívida a longo prazo e encargos decorrentes de operações de créditos, de qualquer natureza;
- II – Situação dos contratados com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;
- III – Estados dos contratados de obras e serviços com execução ou apenas formalização, apontando o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com prazos respectivos;
- IV – Transferências a serem recebidas de União e do Estado por força de mandamento constitucional ou convênio;

* Artigo 64º, e incisos I à IV, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa/Supressiva nº 034/2001.

SEÇÃO VI

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 65- – A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara será exercida como o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que atribuída esta incumbência e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsável por bens e valores públicos.

§ 2º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou equivalente, considerando-se julgadas nos termos de conclusão desse parecer, se não houver deliberação dentro do prazo acima fixado, devendo o Presidente da Câmara remeter cópia da decisão ao mencionado órgão.

I – A Câmara publicará Decreto Legislativo, com o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, durante os quais as contas ficarão à disposição dos que as tenham prestado para complementação de dados e documentos, se for o caso, e defesa, nos termos do parecer prévio do Tribunal de Contas.

II – A decisão do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débitos ou multas, terá eficácia de título executivo;

III – Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado;

IV – As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela união e estado serão prestados na forma da Legislação Federal e Estadual em vigor, podendo o Município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas;

Art.... No caso de as contas não serem prestados no prazo legal, a Câmara, dentro de 30 (trinta) dias seguintes, instaurará inquéritos, nos termos do Regimento Interno, de apuração de responsabilidade, cujo relatório final, aprovado pela maioria dos seus membros, com base em parecer da comissão competente, será enviado ao Tribunal de Contas, a título de subsidio para a tomada de contas, e ao Ministério Público.

§ 3º - O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I – criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II – acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III – avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV – verificar a execução dos contratados.

a) O controle interno é exercido de forma integrada, pelo próprio órgão e a entidade envolvida;

b) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dele darão ciência ao Tribunal de Contas, ao Prefeito e ao Presidente da Câmara municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

c) lei local instituirá o sistema interno de fiscalização;

§ 4º - São objetivos do controle interno:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas nos respectivos planos plurianuais e a exoneração dos programas de governo e orçamento;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração indireta e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle de operações de crédito, avais e garantias, e o de seus direitos e haveres;

IV – apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional;

§ 5º - O controle externo exercido pela Câmara com o auxílio do Tribunal de Contas exprimirá, fundamentalmente:

I – na emissão de parecer prévio sobre as contas;

II – em auditoria financeira e orçamentária, sobre a aplicação de recursos na administração municipal, mediante acompanhamento, inspeções e diligências;

III – em parecer prévio sobre os empréstimos externos, operações e acordos da mesma natureza;

IV – em tomada de contas, nos casos em que não tenham sido prestados no prazo legal;

§ 6º - A fiscalização e o controle interno de que trata o parágrafo anterior abrangerão:

I – a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade do ato gerador de despesa ou determinante de despesa e de que resulte nascimento ou extinção de direito ou obrigação;

II - a fidelidade funcional do agente responsável por bem ou valor público;

III – o cumprimento de programa de trabalho expresso em termos monetários, a realização de obras e a prestação de serviços;

§ 7º - Prestará conta a pessoa física que:

a) utilizar, arrecadar, guardar, gerenciar ou administrar dinheiro, bens ou valores públicos ou pelos quais responda o Município ou entidade da administração direta;

b) assumir, em nome do Município ou de entidade de administração indireta, obrigações de natureza pecuniária.

§ 8º - As contas anuais do Município, nelas incluídas as contas da Câmara Municipal, estarão à disposição dos cidadãos e poderão ser consultadas mediante requerimento fundamentado, devendo o cidadão demonstrar o interesse e fundamento do pedido;

§ 9º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

* Inserido Seção VI, com Título, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa/Supressiva nº 034/2001.

* Artigo 65º alterado, inserindo parágrafos 1º ao 9º, com Incisos e alíneas, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa/Supressiva nº 034/2001.

SEÇÃO VII

DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 66- O Prefeito Municipal, por intermédio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo-lhes competências, deveres e responsabilidade.

§ 1º - São auxiliares diretos do Prefeito:

I – os secretários municipais e diretores equivalentes denominados agentes políticos;

II – os administrativos distritais;

III – os assessores jurídicos;

V – os ocupantes de cargos comissionados com subordinação direta.

§ 2º - os cargos são de livre nomeação e exoneração e recrutamento amplo.

§ 3º - Lei Complementar ou Decreto expedido pelo Prefeito, estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes, a competência, deveres e responsabilidades, além de:

- a) subscrever os atos e regulamentos referentes a seus órgãos,
- b) expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos.
- c) apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas repartições;

I – A convocação de Secretário pela Câmara, para prestação de esclarecimentos oficiais, deverá ser atendida em 15 (quinze) dias prorrogáveis por igual período, pena de crime de responsabilidade:

§ 4º – Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens e no ato da posse e no término do cargo.

* Artigo 66º, acresce § 1º ao 4º, com incisos e alíneas, com redação conforme Emenda Aditiva nº 020/2001.

Art. 67- Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

CAPÍTULO III

SEÇÃO VIII

DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 68 – A atividade administrativa permanente é exercida:

I - Em qualquer dos poderes do Município, nas autarquias e nas fundações públicas por servidor público, ocupante de cargo público, em caráter efetivo ou em comissão, ou de emprego ou funções públicas;

II - Nas sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado sob o controle direto ou indireto do Município, por empregado público, acompanhante de empregado público ou função de confiança.

§ 1º - Os cargos empregados e funções são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na forma da lei.

§ 2º - A investidura em cargo ou empregado depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou empregado, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 3º - O prazo de validade de concurso público é de até dois anos prorrogável, uma vez por igual período.

§ 4º - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público será convocado, observada a ordem de classificação, com prioridade sobre novos concursados, para assumir o cargo ou emprego na carreira.

§ 5º - A inobservância do disposto no parágrafo 2º e 4º deste Artigo implica nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 6º - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional de interesse público.

I – A temporiedade e o caráter excepcional deverão ser fundamentadas no requerimento para contratação e circunstanciadas no Contrato;

II – As contratações temporárias não poderão ultrapassar doze meses ininterruptos;

III – É vedado o desvio de função das pessoas contratadas temporariamente, bem como contrata-las para dois turnos de serviços, ainda que para mesma função, ressalvada a substituição de professores;

IV – As contratações temporárias por período inferior a de 12 (doze) meses poderão ser prorrogadas até atingir este prazo.

§ 7º - Os cargos em comissão e as funções de confiança com exceção daqueles que assessoria, serão exercidos, na Prefeitura, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica e profissional.

I – A lei defira os cargos públicos em comissão, de livre provimento e exoneração.

II – Em entidade da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de direção superior será provido por servidor ou empregado de carreira da respectiva instituição.

III – O servidor admitido por entidade da administração indireta não poderá ser colocado à disposição da administração direta, salvo se para o exercício de cargo de confiança ou comissionado.

§ 8º - A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para provimentos com portador de deficiência e definirá os critérios de sua admissão, considerando a compatibilidade entre as atribuições e a deficiência de que são portadores.

§ 9º- Os atos de improbidade administrativa importam suspensão dos direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e na graduação estabelecidas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 10º – Ao servidor que, por acidente ou doença, torna-se inapto para exercer as atribuições específicas de seu cargo, serão assegurados os direitos e vantagens a ele inerentes, até seu definitivo aproveitamento em outro cargo, quando então, cessarão os pagamentos e benefícios recebidos pelo exercício do cargo anterior.

§ 11º – Para provimento de cargo de natureza técnica, exigirá-se a respectiva habilitação profissional.

* Inserido CAPÍTULO III, SEÇÃO VIII, DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Artigo 68º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Incisos I e II, inseridos no artigo 68º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Parágrafos 1º ao 11º, inseridos no inciso II, artigo 68º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Incisos I ao IV, inseridos no § 6º, artigo 68º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Incisos I ao III, inseridos no § 7º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

Art. 69 – A revisão geral da remuneração do servidor público e subsídios, sob um mesmo índice, far-se-á sempre no mês de maio de cada ano, ficando, entretanto, subordinada à

iniciativa privada em cada caso e a alteração em lei específica, além da disponibilidade de recursos.

§ 1º – A lei fixará o limite máximo e a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos e dos subsídios, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, observada, como limite máximo, o subsídio mensal, em espécie, a qualquer título, pelos Ministros do Supremo Tribunal.

I – O disposto neste parágrafo aplica-se à remuneração e subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autarquia e fundacional, dos membros de qualquer dos poderes do Município, aos detentores de mandato eletivo e demais agentes políticos, além dos proventos, pensões ou outra espécie remuneratória.

II – o disposto no parágrafo 1º aplica-se às empresas públicas municipais.

§ 2º – Os vencimentos dos cargos do poder legislativo não podem ser superiores aos percebidos no Poder Executivo.

§ 3º – É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

§ 4º – Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimo ulteriores.

§ 5º – Os vencimentos do servidor público são irredutíveis e a remuneração observará o disposto Nesta Lei Orgânica e os preceitos estabelecidos nos Artigos 37-XI-XIV-, 39-§ 4º, 150-II, 153-III e 153, Parágrafo 2o I, da Constituição da Republica.

I – no caso de redução da jornada de trabalho, os vencimentos serão proporcionais, obedecida a irredutibilidade.

II – a irredutibilidade de vencimentos e subsídios não impede a observância do teto fixado nesta Lei Orgânica.

III – o disposto neste parágrafo aplica-se ao regime de subsidio.

IV – A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município pode exercer os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal.

V – A comissão de vantagem ou o aumento de remuneração criação de cargo ou alteração de estrutura de carreira, e a admissão de pessoal, a qualquer título, por órgão da Administração Direta ou da entidade da administração indireta, só podem ser feitos.

a) – se houver prévio dotação orçamentária suficiente para atender as profecções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrente;

b) – se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedade de economia mista.

§ 6º – É assegurado aos servidores públicos e às suas entidades representativas o direito de reunião nos locais de trabalho, exceto no horário do expediente.

§ 7º – É vedada a acumulação remunerada de cargo públicos, permitida, se houver compatibilidade de horários:

I - a de dois cargos de professores;

II - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III - a de dois cargos privativos de médico;

§ 8º- A proibição de acumular se estende a empregados e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas, desde que controladas diretamente ou indiretamente, pelo poder público.

§ 9º - É vedado ao servidor municipal desempenhar atividade que não sejam próprias do cargo de que for titular, exceto quando ocupar cargo em comissão ou desempenhar funções de confiança.

§ 10º – O Município instituirá conselho de política e administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos poderes e regime jurídico único e planos de carreira para os servidores de órgão da administração direta, de autarquias e de fundações públicas.

I- a fixação dos padrões de vencimentos e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

a) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

b) os requisitos para cada investidura;

c) as peculiaridades dos cargos.

§ 11º – A política de pessoal obedecerá às seguintes diretrizes:

I - valorização e dignificação da função pública e do servidor público;

II - profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público;

III - constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores;

IV- sistema de méritos objetivamente apurado para ingressos no serviço e desenvolvimento na carreira;

V – remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para o seu desempenho;

VI – O Município assegurará ao servidor os direitos previstos no Art. 7º., inciso IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição da república, e os que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua constituição social e à produtividade no serviço público, especialmente:

VII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada nos termos que dispuser a lei;

VIII – adicionais por tempo de serviços;

IX – assistência e previdência sociais, extensivas ao cônjuge ou companheiros e aos dependentes;

X – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas;

XI – Cada período de cinco anos de efetivo exercício dá ao servidor o direito ao adicional de dez por cento sobre seu vencimento, o qual a este incorpora para efeito de aposentadoria.

XII – A lei assegurará a servidor público da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes nos mesmos Poderes, ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens e caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

XIII – A lei assegurará sistema isonômico de carreiras de nível universitário compatibilizando-as com os padrões médicos de remuneração da iniciativa privada.

XIV – É garantida a liberação de servidor ou empregado público, se assim o decidir a respectiva categoria, na forma do estatuto da entidade sindical, para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical, sem prejuízo da remuneração e dos demais direitos e vantagens de seu cargo ou empregado.

XV – O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal.

XVI – Lei Municipal disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquias e fundação, para aplicação no desenvolvendo de programas de qualidades e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do servidor público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

* Artigo 69º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Parágrafos 1º ao 11º, inseridos no artigo 69º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Incisos I e II, inseridos no § 1º, artigo 69º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Incisos I ao V, inseridos no § 5º, artigo 69º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Incisos I ao III, inseridos no § 7º, artigo 69º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Inciso I, inserido no § 10º, artigo 69º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Incisos I ao XVI, inserido no § 11º, artigo 69º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Alíneas “a” e “b”, inseridas no inciso V, § 5º, artigo 69º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Alíneas “a” a “c”, inseridas no inciso I, § 10º, artigo 69º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

Art. 70 – Ao servidor público em exercício de mandato eletivo se aplica as seguintes disposições;

I - Tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado do cargo, emprego ou função;

II - Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração;

III - Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

IV - Para o efeito do benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

V - Investido no mandato de Vereador, não será afastado do Cargo, emprego ou função, desde que não haja incompatibilidade de horários, quando não haverá prejuízo no recebimento da remuneração do cargo eletivo. Caso haja incompatibilidade de horários, será afastado do cargo, emprego ou funções, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração ou subsídio.

* Artigo 70º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Incisos I ao VI, inseridos no artigo 70º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

Art. 71 - É estável, após três anos de efetivo exercício o servidor público nomeado em virtude de concurso público, desde que aprovado na avaliação especial de desempenho.

I – e estabilidade somente será alcançada quando concluída avaliação de desempenho.

§ 1º – O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo em que lhe será assegurada ampla defesa.

§ 2º – Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor público estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante de vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º – Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável ficará em disponibilidade remunerada. Até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º – O servidor público será aposentado:

I - Por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - Voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) aos trinta e cinco anos de serviços, se homem, e aos trinta, se mulher com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo o exercício, em funções de magistério, se professor, e aos vinte e cinco, se professora, em proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se o homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo de serviço.

IV – Nos casos de exercício de atividades consideradas insalubres ou perigosas, bem como nas hipóteses previstas no art. 71, a aposentadoria de que trata o inciso III, a e c, observará o disposto em lei federal específica.

V – O tempo de serviço público federal, federal ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

VII – É assegurado ao servidor afastar-se da atividade a partir da data do requerimento de aposentadoria, e sua não concessão importará a reposição do período de afastamento.

VIII – Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei federal.

IX – O servidor público que retornar à atividade após a cessação dos motivos que causaram sua aposentadoria por invalidez, terá direito, para todos os fins, salvo para o de promoção, à contagem do tempo relativo ao período de afastamento.

X – Os proventos de aposentadoria e as pensões por morte nunca inferiores ao salário mínimo, serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração do servidor em atividade.

XI – Serão estendidos ao inativo os benefícios ou vantagens posteriormente concedidos ao servidor em atividade, mesmo quando decorrentes transformação ou reclassificação do cargo ou da função em que se tiver dado a aposentadoria, na forma da lei.

XII – A pensão por morte abrangerá o cônjuge, o companheiro e demais dependentes, na forma da lei.

XIII – Nenhum benefício ou serviço da previdência social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custo total.

XIV – Fica mantido o Regime Geral da Previdência Social no Município, já instituído em legislação local específica.

* Artigo 71º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Inciso I, inserido no artigo 71º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Parágrafos 1º ao 4º, inseridos no inciso I, artigo 71º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Incisos I ao XIV, inseridos no § 4º, inciso I, artigo 71º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

* Alíneas “a” a “d”, inseridas no inciso III, § 4º, inciso I, artigo 71º, com redação conforme Emenda Aditiva nº 042/2001.

TITULO V
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72 – A administração Pública direta e indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá, sob pena de nulidade, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, igualmente, na forma da lei;

II) ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

III) a publicidade dos atos, programas, obras ou serviços e campanhas dos órgãos públicos, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV) as reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei;

V) os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

VI) os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, serão os mesmos previstos na Lei Federal;

VII) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

a) a não observância ao disposto no inciso I, importará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei;

b) a moralidade e a razoabilidade dos atos do Poder Público serão apuradas, para efeito de controle e invalidação, em face dos dados objetivos e circunstâncias de cada caso;

c) o agente público motivará o ato administrativo que praticar, explicitando-lhe o fundamento legal, o fático e a finalidade.

§ 1º - A Administração Pública Municipal é o conjunto de órgãos e recursos materiais, financeiros e humanos aplicados à execução das decisões de governo local.

§ 2º - A atividade da Administração Pública Municipal é direta quando exercida por órgãos da Prefeitura ou da Câmara.

§ 3º - A atividade da Administração Pública Municipal é indireta quando compete a:

a) autarquias;

- b) sociedade de economia mista;
- c) empresa pública;
- d) fundação pública;
- e) outra entidade de direito privado sob controle direto ou indireto do Município.

§ 4º - Depende de lei em cada caso;

- a) a instituição e extinção de autarquia e fundação pública;
- b) a autorização para instituir e extinguir sociedade de economia mista e empresa pública e a alienação de ações que garantem, nestas entidades, o controle pelo Município;
- c) a criação de subsidiária das entidades mencionadas neste parágrafo e sua participação em empresa privada;

§ 5º - Ao Município somente é permitido instituir ou manter fundação com a natureza de pessoa jurídica de direito público;

§ 6º - As relações jurídicas entre o Município e o particular prestador de serviço público em virtude de delegação, sob a forma de concessão ou permissão, são regidas pelo direito público.

§ 7º - É vedada a delegação de poderes pelo Executivo, para criação, extinção ou transformação de entidade de sua administração direta.

§ 8º - O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, não poderão contratar ou fornecer para o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções.

§ 9º - A ação administrativa do Poder Executivo será organizada segundo critérios de descentralização, regionalização e participação popular.

§ 10º – Poderão ser criadas, a critério do Executivo e conveniência administrativa, nos termos desta Lei Orgânica e com a aprovação da Câmara, administrações distritais a serem regulamentadas por lei.

* Artigo 72º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 037/2001.

* Incisos I à VI, inseridos no artigo 72º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 037/2001.

* Alíneas “a” à “c”, inseridas no Inciso VII, do artigo 72º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 037/2001.

* Parágrafos 1º ao 10º e alíneas “a” a “e” do § 2º e “a” a “c” do § 4º, inseridos na alínea “c”, do inciso VII, do artigo 72º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 037/2001.

Art. 73- O Plano de Cargos e Empregos do Serviço público municipal será elaborado de forma a assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho para função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso a cargos de escalão superior.

§ 1º- O Município proporcionará aos servidores oportunidades de crescimento profissional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

§ 2º- Os programas mencionados no parágrafo anterior terão caráter permanente, podendo, para tanto, o município manter convênios com instituições especializadas.

CAPÍTULO II DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 74 – A publicação das leis, decretos e demais atos administrativos, notadamente os regulamentares, será feita em órgão da imprensa local ou regional ou ainda, por afixação em quadro de avisos da Prefeitura ou da Câmara, conforme o caso;

§ 1º - A escolha do órgão da imprensa para divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levará em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, tiragem, amplitude na distribuição e tempo de criação da empresa.

§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação, que poderá ser com a partir da afixação nos murais ou quadro de avisos da Prefeitura ou Câmara Municipal.

§ 3º - A publicação dos atos pela imprensa poderá ser resumida, salvo lei ou matéria codificada.

§ 4º - A Câmara poderá publicar boletins mensais divulgando as suas atividades, dentro de sua conveniência e oportunidade.

* Inserido Capítulo II, DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS.

* Artigo 74º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

* Parágrafos 1º ao 4º, inseridos no artigo 74º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

CAPÍTULO III DA FORMALIZAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 75 – A formalização dos atos administrativos de competência do Prefeito, far-se-á por:

I – Mediante decreto numerado e ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) regulamentação de lei;
- b) criação ou extinção de gratificações e vantagens pecuniárias, quando autorizadas em lei;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares;
- d) declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;
- e) criação, extinção, alteração ou modificação dos órgãos competentes da estrutura administrativa Prefeitura Municipal, quando autorizadas por lei;
- f) definição de competências dos órgãos e das atribuições dos cargos e servidores do Município, não privativos de lei;
- g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração;
- h) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo município e aqueles concedidos, permitidos ou autorizados;
- i) permissão ou revogação para exploração de serviços públicos e para uso de bens móveis ou imóveis municipais;
- j) aprovação de planos de trabalho para órgãos da administração direta e indireta;
- k) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei;
- l) medidas executórias do plano diretor;
- m) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativos de lei;

n) concessão ou extinção de direitos pessoais relativos aos servidores.

II – Mediante portaria quando se tratar de:

a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeitos individuais relativos aos servidores municipais;

b) lotação e relocação nos quadros de pessoal;

c) criação de comissões e designação dos seus membros;

d) autorização para contratação de servidores por prazo certo e determinado e dispensa;

e) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;

f) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Parágrafo único – Poderão ser delegados os atos constantes do inciso II deste artigo.

* Inserido Capítulo III, DA FORMALIZAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.

* Artigo 75º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

* Incisos I e II, inseridos no artigo 75º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

* Alíneas “a” a “n”, inseridas no inciso I, artigo 75º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

* Alíneas “a” a “f”, inseridas no inciso II, artigo 75º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

* Parágrafo Único, inserido na alínea “f”, do inciso II, artigo 75º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

CAPÍTULO IV DA LICITAÇÃO

Art. 76 – Observadas as normas gerais estabelecidas pela União, o Município poderá disciplinar o procedimento de suas licitações, obrigatória para a contratação de obra, serviços, compras, alienação, concessão de serviços públicos e concessão de direito real de uso, salvo nos casos de dispensa ou inexigibilidade.

I – na licitação a cargo da câmara, da Prefeitura ou de entidade de administração indireta, observar-se-ão, entre outros, sob pena de nulidade os principais de isonomia, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao edital ou outros instrumentos convocatório e julgamento objetivo.

II – A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social e fundo de garantia por tempo de serviço, bem como aquela declaração inidônea, na conformidade da Lei Federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

III – A Administração Executiva de Itambé, manterá cadastro atualizado de fornecedores e representantes para uso exclusivo nos procedimentos licitatórios, especificamente, no que diz com a habilidade.

* Inserido Capítulo IV, DA LICITAÇÃO.

* Artigo 76º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

* Incisos I ao III, inseridos no artigo 76º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

Art. 77 – A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 30 trinta dias, certidões dos atos, contrato e decisões, desde que requeridas para fim determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que a negar ou retardar a sua expedição.

Parágrafo Único – As certidões relativas ao Poder executivo serão fornecidas pelo Secretario ou Chefe de Setor, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara, observando:

I – o prazo referido no *caput* deste artigo inicia com o efetivo recebimento pela autoridade, do requerimento e corre em dias úteis, considerando o termo inicial e incluindo o final.

II – a licença, afastamento ou ausência da autoridade, em viagem a serviço, não caracterizam negativa ou retardamento no fornecimento da certidão requerida.

III – o fornecimento de documentos dependerá de despacho autorizativo do Prefeito Municipal.

* Artigo 77º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

* Parágrafo Único, inserido no artigo 77º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

* Incisos I ao III, inseridos no parágrafo único, artigo 77º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

CAPÍTULO V

DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

Art. 78 – As atividades pertinentes ao planejamento, pessoal, material e controle, entre outras, são organizadas sistematicamente.

§ 1º - O Município poderá documentar e registrar todo o seu sistema administrativo e serviços por meio de informatização, dispensando os livros que forem necessários para tal fim.

§ 2º- A substituição dos livros por fichas ou sistema informatizado não dispensará da conveniente autenticação e duplicidade que garanta o acesso em caso de extravio, dano, falsificação, alteração, contrafação, omissão ou apropriação indevida de funcionários, agentes políticos ou terceiro.

* Artigo 78º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inserido no artigo 78º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 039/2001.

CAPITULO VI

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 79 – Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

II–Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a qualquer título por ato oneroso:

- a) de bens imóveis por natureza ou acessão física;
- b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- c) cessão de direitos à aquisição de imóveis.

III – Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto óleo diesel;

IV – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, não incluídos na competência Estadual compreendida no artigo 155, 1, “b” da Constituição Federal definidos em lei complementar;

V – Taxas:

- a) Em razão do exercício de poder de polícia;
- b) pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VI – Contribuição de melhoria, decorrente de obra pública.

§ 1º - O imposto previsto no inciso 1 será progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - As taxas não poderão ter bases de cálculo própria de impostos.

* Artigo 79º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Incisos I ao VI, inseridos no artigo 79º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Alíneas “a” a “c”, inseridas no inciso II, artigo 79º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Alíneas “a” e “b”, inseridas no inciso V, artigo 79º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no inciso VI, artigo 79º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

Art. 80- A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

- I- Cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;**
- II- Lançamentos dos tributos;**
- III- Fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;**
- IV- Inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.**

CAPÍTULO VII DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 81 – O Prefeito Municipal promoverá periodicamente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais com observância às prescrições e limitações contidas nas Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Estatuto da Cidade e Código Tributário Nacional.

* Inserido CAPÍTULO IV, DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR , com redação conforme Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Artigo 81º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

Art. 82 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao Contribuinte, é vedado ao Município.

- I – Exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça;**
- II – Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;**

III – estabelecer diferença tributária entre serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

IV – cobrar tributos;

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

V – utilizar tributos com efeito de confisco;

VI – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VII – instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado ou de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei federal;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

e) transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica para a realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão, ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 1º - A vedação do inciso VII, alínea “a”, é extensiva às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda, e aos serviços vinculados as suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso VII, “a”, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis e empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação do pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem

exonera o promitente-comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso VII, alíneas “b” e “c” compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com finalidades essenciais das entendidas nelas mencionadas.

§ 4º - As vedações expressas nos incisos I e VII obedecerão ao prescrito em Lei Complementar Federal.

VIII – Instituir taxas que atendem contra:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra a ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

§ 5º - A base de cálculo de IPTU poderá ser progressiva em razão do valor venal do imóvel, para assegurar a função social da propriedade.

* Artigo 82º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Incisos I ao VIII, inseridos no artigo 82º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Alíneas “a” a “b”, inseridos no inciso IV, artigo 82º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Alíneas “a” a “e”, inseridas no inciso VII, artigo 82º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Parágrafos 1º ao 4º, inseridos na alínea “e”, do inciso VII, artigo 82º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Alíneas “a” a “b”, inseridas no inciso VIII, artigo 82º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Parágrafo 5º, inserido na alínea “b”, inciso VIII, artigo 82º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

Art. 83 – Lei Complementar Municipal estabelecerá:

- I – As hipóteses de incidência, base de cálculo e sujeitos passivos da obrigação tributária;
- II – O lançamento e a sua forma de notificação;
- III – Os casos de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários;
- IV – A progressividade dos impostos.

§ 1º - É vedada qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária, exceto nos casos de calamidade pública ou grande relevância social, que serão concedidas na conformidade do art. 12, VI, VII, Parágrafo único e alíneas e VIII, desta Lei Orgânica, mediante lei aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A concessão de inserção, anistia ou remissão, não gera direito adquirido e será revogada sempre que se apure que o beneficiário não satisfaça ou deixou de satisfazer as condições, não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para a sua concessão.

* Artigo 83º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Incisos I ao IV, inseridos no artigo 83º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no inciso IV, artigo 83º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

Art. 84 – O Município poderá celebrar convênios com União, o Estado e outros Municípios, sobre a matéria tributária.

* Artigo 84º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

Art. 85 - É de responsabilidade do órgão da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações à legislação tributária, com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

Art. 86 -Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

CAPITULO VIII DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 87- Para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

§ **Único** - Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e serem reajustados quando se tornarem deficitários.

Art. 88- Lei municipal estabelecerá outros critérios para fixação de preços públicos.

CAPÍTULO IX DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 89 – A receita constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos do Estado e da União, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e outros ingressos.

* Inserido CAPÍTULO IX, DA RECEITA E DA DESPESA, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Artigo 89º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

Art. 90 – O Município divulgará, na conformidade da Lei Complementar Federal, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e dos recursos recebidos.

* Artigo 90º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

Art. 91 – O Executivo fará publicar, nos prazos da lei, relatório resumido contendo:

I – os montantes de cada um dos tributos arrecadados, transferências e demais ingressos recebidos, abrangendo, inclusive, a administração indireta;

II – os montantes dos recursos já realizados pelo Município;

III – a quantidade de servidores existentes no período e o montante de recursos despendidos para seu pagamento;

IV – as obras concluídas e os principais serviços prestados ou postos à disposição da população.

§ 1º - Ao final de cada semestre e exercício, o relatório de que trata este artigo deverá apresentar, adicionalmente, a somatória dos dados lançados nos relatórios bimestrais, no período.

§ 2º - O Executivo encaminhará ao Legislativo, relatório contendo:

I – a avaliação da situação econômico-social do Município;

II – o comparativo entre os valores mensalmente arrecadados no período e os valores de receita previstos no orçamento já atualizado por suas alterações;

III – as previsões atualizadas de seus valores até o final do exercício financeiro.

* Artigo 91º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Incisos I ao IV, inseridos no artigo 91º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no inciso IV, artigo 91º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Incisos I ao III, inseridos no § 2º, inciso IV, artigo 91º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

Art. 92 – Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º - A notificação ao contribuinte ou, na ausência deste, ao seu representante ou preposto, far-se-á por uma das seguintes formas:

I – no próprio auto, mediante entrega de cópia, contra recibo assinado no original;

II – no processo respectivo, mediante termo de ciência, datado e assinado;

III – nos livros fiscais, mediante termo lavrado pela autoridade fiscal;

IV – por via postal, sob registro, para o endereço indicado à repartição fiscal;

V – por meio de publicação no jornal oficial do Município ou de circulação regional e comunicação por via postal, ressalvando-se que a falta de entrega desta não prejudicará os efeitos da publicação.

§ 2º - A lei deverá estabelecer recurso contra o lançamento, assegurando prazo mínimo de quinze dias para sua interposição, a contar a notificação.

§ 3º - Os prazos contar-se-ão singelamente da data do recibo, da ciência ou lavratura do termo nas hipóteses dos incisos I, II e III do parágrafo 1º e, em dobro, da data da postagem ou da publicação nas hipóteses dos incisos IV e V, respectivamente, do mesmo parágrafo.

* Artigo 92º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Parágrafos 1º ao 3º, inseridos no artigo 92º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

* Incisos I ao V, inseridos no § 1º, artigo 91º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

Art. 93 – A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

* Artigo 93º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 043/2001.

CAPÍTULO X
SEÇÃO I
DO ORÇAMENTO

Art. 94 – As Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o Plano Plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias

III – os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o Plano Plurianual de ação governamental, estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para a despesa de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos:

I – programas de duração continuada;

II – investimentos de longo prazo.

§ 2º - O Poder Executivo publicará o relatório resumido da execução orçamentária no prazo estabelecido por lei federal ou fixado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 3º -A Lei de Diretrizes Orçamentárias, compatível com o plano plurianual, compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária e ainda:

I – conterà a previsão de recursos para concessão de qualquer vantagem, aumento, reajuste ou recomposição de remuneração, criação de cargos ou alterações na estrutura de carreira, contratação temporária de pessoal;

II – o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

III – ser instruída com demonstrativo de efeito, impacto e compensação, sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções e anistias como benefícios de natureza financeira e creditícias.

§ 4º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal de administração municipal, incluindo seus fundos especiais, entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas pelo poder público;

II – o orçamento de investimento das empresas que o município direto ou indiretamente detenham a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento de seguridade social, abrangendo todas entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta do município, bem como os fundos, e fundações instituídos e mantidos pelo poder público;

§ 5º - Poderão integrar a lei orçamentária anual, demonstrativos específicos com detalhamento das ações governamentais, em nível de:

I – órgãos ou entidade responsável pela realização de despesas e funções;

II – objetivos de metas;

III – natureza das despesas;

IV – fontes dos recursos;

V – órgãos ou entidades beneficiados;

VI – identificação dos investimentos por região ou área municipal;

VII – identificação, de forma regionalizada, dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 6º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de crédito, inclusive por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 7º - A lei orçamentária assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação saneamento básico, turismo e proteção ao meio ambiente.

* Inserido CAPÍTULO X, SEÇÃO I, DO ORÇAMENTO, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Artigo 94º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Incisos I ao III, inseridos no artigo 94º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Parágrafos 1º ao 7º e respectivos incisos, inseridos no inciso III, artigo 94º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

Art. 95 – Os planos e programas municipais de execução plurianual serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, devendo, ainda, observar as prescrições da lei de responsabilidade fiscal e demais correlatas.

* Artigo 95º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

SEÇÃO II DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Art. 96 – São vedados:

I – O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, excluindo-se autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares e contratações de operações de crédito de qualquer natureza e objetivo;

II – A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara;

IV – A vinculação de receita de imposto a órgãos, fundos ou despesas, ressalvada a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelecidos na Constituição Federal, e a prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita;

V – A abertura de crédito suplementar ou especial prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VII – A utilização sem autorização legislativa específica, de recurso do orçamento fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

VIII – A instituição de fundos de qualquer natureza, sem previa autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente serão admitida para atender as despesas imprevisíveis ou urgentes, mediante autorização legislativa.

* Inserido SEÇÃO II, DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Artigo 96º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Incisos I à VIII, inseridos no artigo 96º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Parágrafos 1º ao 3º, inseridos no inciso VIII, artigo 96º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

SEÇÃO III

DAS EMENDAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 97 – Os projetos de lei relativos ao orçamento anual, ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu Regimento.

§ 1º - Caberá à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal:

I – examinar e emitir parecer sobre projetos, planos e programas, bem assim, sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II – exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§ 2º As emendas serão apresentadas à Comissão, de que trata o parágrafo anterior, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas pela Câmara Municipal, na forma de seu regimento.

§ 3º - As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou de créditos adicionais somente poderão ser aprovadas quando:

I – compatíveis com o Plano Plurianual;

II – indiquem os resumos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidem sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviços da dívida.

III – relacionados com a correção de erros ou omissões; ou

IV – relacionados com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação na Comissão de Orçamento e Finanças, da parte cuja alteração é proposta.

§ 5º - Aplicam-se os projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 6º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 7º - Os Projetos de leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal para apreciação pela Câmara Municipal, obedecidas as seguintes normas:

I – o projeto de lei do plano plurianual, para vigência até o final do mandato subsequente, será encaminhado até 31 de agosto do primeiro exercício financeiro e devolvido par a sanção até encerramento da Sessão Legislativa;

II – o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até 15 de maio do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período de Sessão Legislativa;

III – o projeto de lei orçamentária será encaminhado até 30 de setembro e devolvido para sanção até o encerramento da Seção Legislativa;

IV – os prazos estabelecidos nos incisos anteriores serão transferidos para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

V – a Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação dos projetos a que se referem os inciso I, II e III, deste parágrafo;

VI – se a lei orçamentária não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro, fica o Poder Executivo autorizado a executar a proposta orçamentária no tocante ao custeio e ao funcionamento dos serviços anteriormente criados, assim como ao pagamento de juros e amortização da dívida contratada, até que ocorra a sua aprovação.

§ 8º - O não-cumprimento do disposto no § 7º, implica na elaboração, pela comissão permanente da Câmara, de projeto de lei sobre a matéria tomando por base a respectiva legislação vigente.

§ 9º - Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

§ 10º - Se a Câmara não devolver, para sanção, o projeto de lei do orçamento anual no prazo consignado na legislação específica, o projeto promulgá-lo-á como lei.

* Inserido SEÇÃO III, DAS EMENDAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOSIAS, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Artigo 97º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Parágrafos 1º ao 10º, inseridos no artigo 97º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Incisos I e II, inseridos no § 1º, artigo 97º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Incisos I à IV, inseridos no § 3º, artigo 97º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Alíneas “a” e “b”, inseridas no inciso II, § 3º, artigo 97º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

* Incisos I à VIII, inseridos § 7º, artigo 97º, com redação conforme Emenda Modificativa/Aditiva nº 044/2001.

CAPÍTULO XI
SEÇÃO IV
DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 98 – Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

* Inserido CAPÍTULO XI, SEÇÃO IV, DOS BENS MUNICIPAIS, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Artigo 98º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 99 – Pertencam ao patrimônio municipal as terras devolutas que se localizam dentro do Município.

* Artigo 99º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 100 – Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitando a competência da Câmara quando aqueles utilizados em seus serviços.

* Artigo 100º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 101 – Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com identificação respectiva, numerando-se móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do titular órgão competente.

* Artigo 101º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 102 – Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I – pela sua natureza;

II – em relação a cada serviço.

Parágrafo único – Deverá ser feita, anualmente a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

* Artigo 102º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Incisos I e II, inseridos no artigo 102º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Parágrafo Único, inserido no inciso II, artigo 102º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 103 – A Administração deverá tomar públicos todos os seus atos de alienação, permissão e concessão de uso dos bens municipais, definindo claramente seus critérios.

* Artigo 103º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 104 – A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato os cargos do donatário, o prazo de seu comprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) permuta;

II – quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação que será permitida exclusivamente para fins de interesse social ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo;

b) permuta;

c) ações, que são vendidas em Bolsas.

§ 1º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência.

I – A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos, a entidade assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescente e inaproveitáveis para edificação resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa.

I – As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

* Artigo 104º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Incisos I e II, inseridos artigo 104º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Alíneas “a” e “b”, inseridas no inciso I, artigo 104º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Alíneas “a” à “c”, inseridas no inciso II, artigo 104º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, com respectivos incisos, inseridos na alínea “c”, inciso II, artigo 104º,

com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 105 – A aquisição de bens de imóveis, por compras ou permuta dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa, salvo na hipótese de desapropriação.

* Artigo 105º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 106 – Os logradouros públicos, como bens públicos de uso comum, são inalienáveis e imprescritíveis.

§ 1º - Tornar-se-á alienável a via municipal, praça ou largo que, no todo ou em parte, seja desafetada ou desqualificada juridicamente.

§ 2º - A via municipal, praça ou largo, só será desafetada mediante lei municipal e somente terá validade se o logradouro efetivamente houver perdido sua utilização pública, sendo obrigatória a ampla divulgação do fato, em especial nos bairros ou áreas interessadas, com determinação de prazo para impugnação.

* Artigo 106º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no artigo 106º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 107 – O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, a título precário e por tempo determinado conforme o caso e o interesse público exigir.

§ 1º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência, e se fará mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.

I – A concorrência poderá ser dispensada quando:

- a) o uso se destinar a concessionária de serviços públicos;
- b) a entidade assistencial ou;
- c) quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidade escolares, turística ou de assistência social, dispensada a autorização legislativa.

§ 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público será feita a título precário, por decreto, devendo a autoridade que deferiu a outorga, justificar o ato.

§ 4º - A autorização, que poderá, incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria do Prefeito ou Chefe de Departamento, para atividades ou uso específicos e transitórios, pelo prazo máximo de noventa dias, salvo quando para o fim de formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração de obra.

* Artigo 107º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Parágrafos 1º ao 4º, inseridos no artigo 107º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

e Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

* Inciso I, alíneas “a” “b” e “c”, inseridos no § 1º, artigo 107º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 108 – Poderá ser permitido a particular, a título oneroso ou gratuito, conforme o caso, o uso do subsolo ou do espaço aéreo de logradouros públicos para construção de passagem destinada à segurança ou conforto dos transeuntes e usuários ou para fins de interesse urbanístico.

* Artigo 108º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 109 – A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

* Artigo 109º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 110 – Nenhum servidor será dispensado, transferido, exonerado ou terá aceito seu pedido de exoneração ou rescisão contratual, sem que o órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens municipais que estavam sobre a sua guarda.

* Artigo 110º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 111 – O órgão competente do Município será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, a instaurar inquérito administrativo ou sindicância e a representar, se for caso, a ilicitude e os danos, para que seja proposta Ação Civil e Penal contra qualquer servidor, sempre que forem verificados ou denunciados extravios, danos ou apropriação indevida de bens municipais.

* Artigo 111º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 112 – O Município poderá ceder seus bens a outros entes públicos, mediante portaria, dispensada a autorização legislativa.

* Artigo 112º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 045/2001.

Art. 103- A alienação de bens municipais se fará de conformidade com a legislação pertinente.

Parágrafo único – É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salva pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas.

* Parágrafo Único inserido no artigo 103º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 040/2001.

SEÇÃO V DAS LICITAÇÕES

Art. 113 – A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos de legalidade, moralidade igualdade, publicidade, proibidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, eficiência, julgamento objetivo e os que lhe são correlatos.

§ 1º - Nas concorrências públicas, para transparência do processo licitatório, poderá a Câmara Municipal construir uma Comissão de Acompanhamento de Licitação, a ser disciplinada em lei do Executivo, com a finalidade de acompanhar todo o procedimento licitatório, desde que não interfira nos trabalhos da Comissão Permanente.

§ 2º - Quando a Comissão referida no parágrafo anterior concluir que o resultado da licitação não é contrário ao interesse público, deverá a Administração publicar essa conclusão juntamente com a respectiva homologação.

§ 3º - A administração pública direta e indireta, fundação e órgãos controlados pelo Poder Público Municipal, ficam obrigadas a encaminhar, periodicamente, à Câmara Municipal, cópias de todos os editais e licitação, excetuando-se as cartas-convite.

* Inserido SEÇÃO V, DAS LICITAÇÕES, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 046/2001.

* Artigo 113º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 046/2001.

* Parágrafos 1º ao 3º, inseridos no artigo 113º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 046/2001.

Art. 114 – A licitação realizada para compras, obras e serviços, deverá ser precedida da indicação do local onde serão executadas e do respectivo projeto técnico básico ou completo, que permita a definição precisa de seu objeto e previsão de recursos orçamentários, sob pena de invalidade.

§ 1º - Os valores, prazos e validades das propostas licitatórias e demais procedimentos obedecerão aos critérios da legislação federal.

§ 2º - Todos os instrumentos de convocação dos convites, assim como as contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, na administração direta e indireta devem ser publicados nos atos oficiais com antecedência do início efetivo da referida contratação.

I – A não observância do aludido no artigo anterior ensejará, ao funcionário responsável pela contratação, penalidade cabível, por omissão ou descumprimento de lei, prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itambé do Mato Dentro.

II - - Lei ordinária estabelecerá valor mínimo dos editais de concorrência pública e tomada de preços.

* Artigo 114º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 046/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no artigo 114º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 046/2001.

* Incisos I e II, inseridos no § 2º, artigo 114º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 046/2001.

CAPÍTULO XII

SEÇÃO I

DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 115 – Para a consecução de seus objetivos, o Município poderá organizar-se, exercer as atividades e promover sua política de desenvolvimento sob sistema de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano Itambeense de Desenvolvimento Integrado ou Plano Diretor.

I – O Plano Itambeense de Desenvolvimento Integrado, abrangente dos setores institucional-administrativo, físico-territorial, econômico e social, é instrumento de orientação do poder público para a consecução dos objetivos do Município, notadamente os prioritários.

II – O Plano Diretor é o instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial.

III – Sistema de planejamento é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos voltados para a coordenação da ação planejada da Administração Municipal.

IV – Será assegurada, pela participação em órgão do Sistema de Planejamento, a cooperação de associações representativas, legalmente organizadas, com o planejamento municipal.

V – O Poder Executivo organizará o sistema de abastecimento do Município de Itambé do Mato Dentro, de forma coordenada com Estado e com a União.

Parágrafo único – A delimitação da zona urbana será definida em lei específica.

* Inserido CAPÍTULO XII, SEÇÃO I, DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Artigo 115º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Incisos I à V, inseridos no artigo 115º, redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Parágrafo Único, inserido no inciso V, no artigo 115º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 116 – A atividade de administração pública dos Poderes do Município e a de entidade descentralizada se sujeitará aos principais, entre outros, de legalidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, finalidade, razoabilidade, motivação e publicidade.

I – o agente público motivará o ato administrativo que praticar, explicitando-lhe o fundamento legal, o fático e a finalidade.

II – A moralidade e a razoabilidade dos atos do Poder Público serão apuradas, para o efeito de controle e invalidação, em face dos dados objetivos de cada caso.

III – O agente público tratará a todos igualmente sem distinção ou tratamento privilegiado.

IV – A motivação e a publicidade são requisitos de eficácia e moralidade, e ficam asseguradas nos mecanismos estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único – A atividade administrativa do Poder Executivo será organizada segundo os critérios de:

I – desconcentração e regionalização;

II – participação da comunidade.

§ 1º - A regionalização, a ser implantada progressivamente para atender às especificidades de cada região, será regulamentada em lei.

§ 2º - A participação da comunidade se dará por representação das associações, segmentos organizados da sociedade e usuários dos serviços públicos, nos Conselhos Municipais.

* Inserido, SEÇÃO II, DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Artigo 116º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Incisos I à IV, inseridos no artigo 116º, redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Parágrafo Único, inserido no inciso IV, artigo 116º, redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Incisos I e II, inseridos no § único, Inciso IV, artigo 116º, redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no inciso II, § único, inciso IV, artigo 116º, redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

Art. 117 – A Administração pública direta é a que compete a órgão de qualquer dos Poderes dos Municípios.

* Artigo 117º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

Art. 118 – A administração indireta é a que compete:

I – a autarquia;

II – a sociedade de economia mista;

III – a empresa pública;

IV – a fundação pública;

V – as demais entidades de direito privado sob o controle direto ou indireto do Município.

* Artigo 118º, alterado, e inseridos incisos I ao V, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

Art. 119 – A atividade administrativa se organizará em sistema, integrado por:

I – órgão central de direção, coordenação e controle;

II – órgãos setoriais de execução, incluídas as entidades de administração indireta.

* Artigo 119º, alterado, e inseridos incisos I e II, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

Art. 120 – Depende de lei, em cada caso:

I – a instituição e a extinção de autarquia e fundação pública;

II – a autorização para se instituir e extinguir sociedade de economia mista e empresa pública e para alienar ações que garantem, nestas entidades, o controle pelo Município;

III – a criação de subsidiária das entidades mencionadas nos incisos anteriores e sua participação em empresa privada.

§ 1º - Ao Município somente é permitido instituir ou manter fundação com a natureza da pessoa jurídica de direito público.

§ 2º - As relações jurídicas entre o Município e o particular prestador de serviço público em virtude de delegação, sob forma de concessão ou permissão, são regidas pelo direito público.

* Artigo 120º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Incisos I à III, inseridos no artigo 120º, redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no inciso III, artigo 120º, redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

Art. 121 – O Município implantará, progressivamente, mecanismos para o atendimento pronto, ágil e eficiente de seus serviços dentre eles:

I – reunião, em uma mesma área física, dos serviços burocráticos de seus Departamento, unidades administrativas e entidades de administração indireta.

II – criação de Central de informação Reclamações;

III – racionalização e simplificação, na tramitação de documentos;

IV – desburocratização no atendimento ao munícipe.

Parágrafo único – A Central de Informação e Reclamações, diretamente subordinada ao Prefeito, será dotada de competência e instrumentos de ação que lhe garanta eficácia.

* Artigo 121º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Incisos I à IV, inseridos no artigo 121º, redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Parágrafo Único, inserido no inciso IV, artigo 121º, redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

Art. 122 – A Administração pública criará mecanismo para identificação de seus servidores e empregados, quando e enquanto no exercício de suas funções.

* Artigo 122º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

SEÇÃO III

DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

Art. 123 – Compete ao Município exercer poder de polícia administrativa sobre todas as atividades e bens de interesse local, que afetam ou possam afetar a coletividade.

§ 1º - A polícia administrativa tem como razão o interesse social e como atributos a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade.

§ 2º - A polícia administrativa municipal atuará, preferentemente, de forma preventiva, mediante normas limitadoras e sancionadoras da conduta prejudicial à coletividade.

§ 3º - Competente ao Município regulamentar:

I – a polícia sanitária, responsável pelo controle dos recintos públicos e fiscalização dos produtos alimentícios, produtos consumíveis e água, entre outros;

II – a polícia de controle técnico-funcional das edificações, com vistas à segurança e higiene das obras.

§ 4º - As normas sanitárias de segurança e higiene das edificações e as relacionadas com o sossego público, respeitadas as normas federais e estaduais pertinentes os seguintes códigos:

I – sanitário;

II – de obras;

III – de posturas.

* Inserido, SEÇÃO III, DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Artigo 123º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Parágrafos 1º ao 4º, inseridos no artigo 123º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Incisos I e II, inseridos no § 3º, artigo 123º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Incisos I, II e III, inseridos no § 4º, artigo 123º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

CAPÍTULO XIII

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 124 – Na organização e regulamentação dos serviços públicos e de utilidades públicas de interesse local, o Município assegurará, entre outros, os requisitos de segurança, conforto e bem-estar dos usuários.

§ 1º - A política do desenvolvimento urbano, executada pela Administração, será norteada por diretrizes gerais estabelecidas no Plano Diretor ou outro instrumento equivalente, visando o adequado sistema de planejamento, compatibilizados com o Plano Itambeense de Desenvolvimento Integrado.

§ 2º - Ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamentos, mantidas as

condições efetivas da proposta nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 3º - É vedada à administração pública direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, a contratação de serviços e obras de empresas que não atendam às normas relativas à saúde e segurança no trabalho.

I – a obrigatoriedade do cumprimento dos encargos e normas trabalhistas, bem como das de higiene e segurança de trabalho, deve figurar em cláusulas de contratos a ser executados pelas contratadas e prestadoras de serviços públicos.

§ 4º - A realização de obra pública municipais deverá estar adequada ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias e será precedido de projeto elaborado segundo as normas técnicas pertinentes e aprovado pelo órgão técnico competente.

§ 5º - As obras e serviços públicos poderão ser executados diretamente pela Prefeitura, por suas autarquias e entidades paraestatais e, indiretamente, por terceiros, mediante licitação.

* Inserido, CAPÍTULO III, DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Artigo 124º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Parágrafos 1º ao 5º, inseridos no artigo 124º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Inciso I, inserido no § 3º, artigo 124º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

Art. 125 – Ressalvadas as atividades de planejamento e controle a Administração poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que conveniente ao interesse público, à execução indireta, mediante concessão ou permissão, de serviço público, ou de utilidade pública.

§ 1º - A permissão de serviço público ou de utilidade pública, sempre a título precário, será outorgada por decreto, precedido de licitação.

§ 2º - A concessão será feita mediante contrato, precedido de contratação legislativa e concorrência.

§ 3º - O Município poderá retormar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As obras públicas de qualquer esfera de governo, a serem realizadas no Município, só poderão ser iniciadas e executadas se observada a legislação municipal pertinente.

§ 5º - A execução de toda obra se sujeitará ao cronograma físico-financeiro estabelecidos no respectivo contrato.

§ 6º - Compete ao Executivo, sob pena de responsabilidade, embargar obra pública contratada, executada ilegalmente ou em desacordo com o projeto aprovado.

§ 7º - As tarifas dos serviços públicos e de utilidade pública deverão ser fixadas pelo Executivo, por decreto, tendo em vista a justa remuneração e interesse social.

§ 8º - É vedado ao Poder Público subsidiar os serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

* Artigo 125º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Parágrafos 1º ao 8º, inseridos no artigo 125º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

Art. 126 – Ressalvados os casos especificados em lei, as obras, serviços, compras, alienação e concessão serão contratados mediante licitação, na forma da lei.

§ 1º - Para procedimento de licitação, o Município observará as normas gerais prevista na Legislação Federal, inclusive na determinação de suas modalidades segundo a fixação dos valores adotados pela União, em sua totalidade.

§ 2º - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares e mediante consórcio com outros municípios.

§ 3º - O Município poderá criar, mediante lei, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, empresa para a execução de obras municipais que, comprovadamente, represente economia para o Município.

§ 4º - O Município poderá admitir plano comunitário para a execução de obras municipais, com a participação da população diretamente interessada na obra a ser executada, respeitada a adesão, de, no mínimo, cinquenta e um por cento de proprietários interessados e os beneficiados, não aderentes, responderão nos termos da lei de contribuição melhoria.

§ 5º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo obrigatória a regressão contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

§ 6º - O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores não poderão contratar como Município.

* Artigo 126º, alterado, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

* Parágrafos 1º ao 6º, inseridos no artigo 126º, com redação conforme Emenda Aditiva/Modificativa nº 047/2001.

TÍTULO VI

DA SOCIEDADE

CAPÍTULO I

DA SEGURANÇA DO CIDADÃO E DA SOCIEDADE

SEÇÃO I

DA DEFESA SOCIAL

Art. 127 – A Defesa Social, dever do Município, direito e responsabilidade de todos, organiza-se de forma sistemática visando:

I – auxiliar na garantia da segurança pública, com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e privados;

II – emprestar auxílio à defesa civil, por meio de atividades de socorro e assistência, em caso de calamidades públicas, sinistros e outros flagelos;

III – promover a integração social com a finalidade de prevenir a violência e a criminalidade e orientar o egresso do sistema penitenciário, tendo por fim a sua reintegração na sociedade, dando-lhe o apoio necessário.

* Insere TÍTULO IV - DA SOCIEDADE ; CAPÍTULO I – DA SEGURANÇA DO CIDADÃO E DA SOCIEDADE; SEÇÃO I – DA DEFESA SOCIAL, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigo 127º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I, II e III, inseridos no artigo 127º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 128 – A Lei disporá sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Social e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, nos termos desta Lei Orgânica.

* Artigo 128º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 129 – O Município protegerá as manifestações culturais de grupos étnicos participantes do processo de civilização do País.

Parágrafo único – O Município promoverá o combate à prática de atos racistas e discriminatórios de qualquer natureza, em seu território, na forma da Lei.

* Artigo 129º, alterado, e inserido § único, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO II DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 130 – É dever do município auxiliar o Estado no exercício das atividades de Segurança Pública e, para tanto, o Município poderá adotar as seguintes medidas:

I – criação de Centros Comunitários e Administração (CCA) nos Bairros, localidades rurais e Distritos, com departamento para atendimentos nas áreas da saúde, promoção social, segurança pública e outras;

II – estabelecimentos de medidas de segurança contra incêndio e outros sinistros na ligação de posturas municipais;

III – planejamentos de obras públicas de relevo quando deverá ser ouvido o Conselho Municipal de Defesa Social, levando-se em conta suas implicações na segurança e bem estar da comunidade.

Parágrafo único – O Município poderá criar a Guarda Municipal mediante a aprovação da Câmara, cuja organização, atribuições e competências serão estabelecidas em Lei.

I – É vedada a utilização da Guarda Municipal na repressão de manifestações públicas, bem como o porte de arma de fogo e pelos seus componentes.

* Insere SEÇÃO II – DA SEGURANÇA PÚBLICA, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigo 130º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I, II e III, inseridos no artigo 130º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* § único, inserido no inciso III, artigo 130º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Inciso I, inserido no § único, inciso III, artigo 130º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

CAPÍTULO II

DA ORDEM SOCIAL

Art. 131 – A Ordem Social tem como base o primado do trabalho e com objetivo o bem-estar e justiça sociais.

* Insere CAPÍTULO II – DA ORDEM SOCIAL, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigo 131º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 132 – O Município garantirá, nos termos da Lei:

I – a promoção de políticas que visem à profissionalização das mulheres e assegurem o seu acesso e permanência no mercado de trabalho sem restrição de profissões ou cargos;

II – o direito de creche aos filhos de servidores do Município.

Parágrafo único – O Município promoverá a criação e manutenção de uma entidade para atendimento gratuito, apoio e orientação jurídica aos seguimentos marginalizados da sociedade na defesa de seus direitos.

* Artigo 132º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I e II, inseridos no artigo 132º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* § único, inserido no inciso II, artigo 132º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO I

DA SAÚDE

Art. 133 – A Saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais, econômicas, ambientais e outras que têm por finalidade a eliminação do risco de doença e de agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e recuperação, sem qualquer discriminação.

Parágrafo Único - O Direito à Saúde implica em condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte, lazer, informação e participação.

* Insere SEÇÃO I – DA SAÚDE, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigo 133º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* § Único, inserido no artigo 133º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 134 – As ações de saúde são de natureza pública, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através dos serviços oficiais e, supletivamente, através de serviços de terceiros.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar, em caráter suplementar, do sistema de saúde do município, segundo as diretrizes deste, mediante contrato de direito público, com preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

§ 2º As instituições privadas de saúde serão fiscalizadas pelo município nas questões de controle de qualidade, de informação e registros de atendimentos, conforme os códigos sanitários e as normas pertinentes.

§ 3º - O Poder Público Municipal poderá intervir ou desapropriar o serviço de natureza privada necessária ao alcance dos objetivos do sistema, em conformidade com a lei.

* Artigo 134º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafos 1º ao 3º, inseridos no artigo 134º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 135 – As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Municipal de Saúde, organizado de acordo com as diretrizes:

I – distritalização dos recursos, técnicos e práticas;

II – integridade na prestação das ações de saúde adequada às realidades epidemiológicas;

III – participação, em nível de decisão, de entidades representativas de usuários e de profissionais de saúde na formulação, gestão e controle da Política Municipal e das ações de saúde, através do Conselho Municipal de Saúde.

* Artigo 135º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I, II e III, inseridos no artigo 135º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 136 – O Sistema Municipal de Saúde é financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da Seguridade Social, da União, além de outras fontes.

§ 1º - o volume mínimo dos recursos destinados à saúde pelo Município corresponderá, anualmente, a 15% (quinze por cento) das receitas municipais, além dos recursos provenientes de transferências constitucionais do Estado e da União.

§ 2º - Os recursos financeiros do Sistema Municipal de Saúde serão administrados por meio de um Fundo Municipal de Saúde e subordinados ao planejamento e controle do Conselho Municipal de Saúde.

§ 3º - A instalação de quaisquer novos serviços públicos ou privados de saúde deve ser discutida e aprovada no âmbito do Conselho Municipal de Saúde, obedecidos os programas e normas governamentais e constitucionais.

* Artigo 136º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafos 1º ao 3º, inseridos no artigo 136º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 137 – Compete ao Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições previstas na Legislação Federal:

I – A elaboração e atualização periódica do Plano Municipal de Saúde, em consonância com os planos Estadual e Federal e com a realidade epidemiológica;

II – A direção, gestão, controle e avaliação das ações de saúde a nível municipal;

III – A administração do fundo municipal de saúde e a elaboração de proposta orçamentária.

IV – O controle da produção ou extração, armazenamento, transporte e distribuição de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que possam apresentar riscos à saúde da população;

V – O planejamento e a execução de ações vigilância epidemiológica de sanitária, incluindo aquelas relativas à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente, em articulação com os demais órgãos e entidades governamentais;

VI – A extensão do atendimento psicológico gratuito integral a todas as crianças de rede municipal de ensino;

VII – A normatização complementar e a padronização dos procedimentos relativos à saúde, por meio de código sanitário municipal;

VIII – A formulação e implementação de política recursos humanos na esfera municipal;

IX – O controle dos serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

X – A execução, no âmbito do Município, dos programas e projetos estratégicos para enfrentar as prioridades nacionais, estaduais e municipais, assim como situações emergenciais.

* Artigo 137º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I ao X, inseridos no artigo 137º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 138 – Compete ao Poder Público prestar assistência integral à saúde da mulher nas diferentes fases da vida e garantir a homens e a mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada qualquer prática coercitiva pelo Poder Público e por Entidades Privadas.

* Artigo 138º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 139 – É dever do Poder público aumentar a capacidade resolutiva da rede básica de serviços de saúde relativa ao grupo materno-infantil e manter uma educação continuada de profissionais nas atividades de atenção a Mulher e à Criança.

* Artigo 139º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 140 – O Município estimulará o desenvolvimento das tecnologias e terapêuticas destinadas à prevenção, tratamento e reabilitação de deficiências, bem como o desenvolvimento de equipamentos que auxiliem as pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo Único – O Município dará amplo apoio à publicação e divulgação dessas tecnologias e terapêuticas.

* Artigo 139º, alterado, e § único inserido, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SUBSEÇÃO ÚNICA
DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 141 – O Município, em consonância com a sua Política Urbana e com o seu Plano Diretor, se responsabilizará pela promoção do saneamento básico em seu território.

* Insere SUBSEÇÃO ÚNICA – DO SANEAMENTO BÁSICO, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigo 141º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 142 – A Prefeitura, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer cidadão, procederá a interdição imediata do loteamento regular, irregular ou clandestino, em que se realiza a venda de lotes ou terrenos sem prévia implantação de rede de esgoto sanitário, abastecimento de água, drenagem de água pluviais aprovado pelo órgão municipal competente.

§ 1º - Consumada a interdição, a Prefeitura representará ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade do responsável pelo loteamento, assim como de seus prepostos e agentes, nos termos dos artigos 50, 51 e 52 da Lei Federal nº 6.766, 19 de dezembro de 1979 e de outras disposições penais pertinentes.

§ 2º - Constitui falta grave do Chefe de Departamento Municipal competente e do Procurador Geral do Município o retardamento ou a negligência no cumprimento das disposições do “caput” deste artigo e seus parágrafos primeiro.

§ 3º - À Prefeitura é vedada a aprovação de qualquer parcelamento em área onde não esteja assegurada a capacidade técnica de prestação dos serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais.

* Artigo 142º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafos 1º ao 3º, inseridos no artigo 142º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 143 – As edificações somente serão licenciadas, se comprovada a existência de redes de esgotos sanitários compatíveis no local.

§ 1º - Caso inexista o sistema de esgoto sanitário, caberá ao incorporador promover toda a infra-estrutura necessária, incluindo-se aí o tratamento de esgoto, ficando a cargo da empresa concessionária do serviço de esgotos a responsabilidade pela operação e manutenção da rede e das instalações do sistema.

§ 2º - Em residências isoladas e em áreas rurais, será permitido o tratamento com dispositivos individuais, utilizando-se o subsolo como corpo receptor desde que afastado do lençol utilizado para abastecimento de água.

§ 3º - O licenciamento de construção em desacordo com o disposto neste artigo ensejará a instauração do inquérito administrativo para a apuração da responsabilidade do agente do Poder Público Municipal que o concedeu, o qual poderá ser indicado mediante representação de qualquer cidadão.

§ 4º - Após a implantação do sistema de esgoto, conforme prevista neste artigo, a Prefeitura deverá, permanentemente, fiscalizar suas adequações de condições de operação.

§ 5º - A fiscalização será feita pelos exames e apreciações de laudos técnicos apresentados pela entidade concessionária do serviço de trabalho, sobre os quais se pronunciará a Administração Municipal através de seu órgão competente e entidade autônoma a ser designada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

§ 6º - Os exames e apreciação de que trata o parágrafo anterior devem ser colocados à disposições dos interessados, traduzidos em linguagem acessível ao público.

* Artigo 143º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafos 1º ao 6º, inseridos no artigo 143º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 144 – É vedada a criação de aterros sanitários à margem de rios, lagoas e junto a mananciais.

Parágrafo Único – As taxas incidentes sobre os serviços de limpeza urbana incluirão previsão de reserva para implementação de usinas de processamento de lixo ou outro fim similar.

* Artigo 144º, alterado, e § único inserido, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO II DA EDUCAÇÃO

Art. 145 – A Educação, direito de todos, dever do Poder Público e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

§ 1º - o Município promoverá a educação pré-escolar e o ensino fundamental e, atendidos estes, o ensino médio, atuando prioritariamente, na zona rural e periferia da cidade.

§ 2º - O Município enviará esforços no sentido de articular com o Estado e União mecanismo que propiciem cooperação técnica e financeira, de modo a que fique assegurado o atendimento qualitativo da demanda educacional a todos os níveis.

§ 3º - O escotismo deverá ser considerado como método complementar da educação, merecendo o apoio dos órgãos do Município.

* Insere SEÇÃO II – DA EDUCAÇÃO, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigo 145º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

*Parágrafos 1º ao 3º, inseridos no artigo 145º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 146 – O Poder Público Municipal assegurará, na promoção da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental, os seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso, freqüência e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de idéias de concepções pedagógicas, filosóficas e políticas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – Gratuidade do ensino público em escolas oficiais;
- V – Valorização dos profissionais do ensino, com garantia, na forma da lei, plano de carreira para o Magistério Público Municipal, com piso salarial profissional e ingresso no magistério público, exclusivamente por concurso público de provas e títulos e regime jurídico para todas as instituições mantidas pelo Município;
 - a) Fica autorizada a contratação de profissionais da educação por necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprir as vacâncias decorrentes de exoneração, licenciamento ou afastamento do titular, não podendo a substituição ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
- VI – Gestão democrática do ensino público na forma da Lei;
- VII – Garantia do padrão de qualidade mediante:
 - a) avaliação cooperativa periódica, por órgão próprio do sistema educacional, pelos corpos docente e discente;
 - b) condições para reciclagem periódica dos profissionais do ensino;
 - c) auxílio para a formação superior;
- VIII – garantia do ensino básico e a iniciação profissional da criança e do adolescente;
- IX – elaboração do Sistema Educacional de acordo com as necessidades de cada etapa na vida do indivíduo.

* Artigo 146º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I ao IX, inseridos no artigo 146º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Alínea “a”, inserida no inciso V, artigo 146º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Alíneas “a” à “c”, inseridas no inciso VII, artigo 146º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 147 – A garantia da educação, pelo Poder Público Municipal, se dará mediante:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria,

II – Progressiva extensão da gratuidade do ensino médio, quando houver sido atendida toda a demanda do Pré-Escolar e Ensino Fundamental;

III – Apoio às entidades especializadas, públicas e privadas, sem fins lucrativos, para atendimentos ao portador de deficiência;

IV – Cessão de servidores para atendimento às fundações públicas e entidades filantrópicas e comunitárias, sem fins lucrativos, de assistência ao menor carente e ao excepcional, como dispuser a Lei;

V – Atendimento gratuito em creche e pré-escola à criança de até 06 (seis) anos de idade, com recursos para sua instalação, funcionamento e manutenção;

VI – Oferta do ensino noturno regular adequado às condições do educando;

VII – Atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

VIII – Supervisão e orientação educacional nas escolas públicas municipais exercidas por profissionais habilitados;

IX – Passe escolar ou transporte regular gratuito a aluno do sistema público municipal que não conseguir matricula em escola próxima à sua residência.

§ 1º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou a sua oferta irregular, importa em responsabilidade da autoridade competente.

§ 2º - Compete ao Município, em colaboração com o Estado, recensear os educandos de ensino fundamental e, mediante instrumentos de controle, zelar pela freqüência à escola.

* Artigo 147º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I ao IX, inseridos no artigo 147º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos no inciso IX, artigo 147º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 148 – O Poder Público, mediante a ação de sua área garantirá aos alunos da rede pública de ensino acompanhamento médico e odontológico e às crianças que ingressem no pré-escolar exames e tratamento oftalmológico e fonoaudiológico.

* Artigo 148º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 149 – Os alunos de escolas rurais, em regiões agrícolas, têm direito a tratamento especial, adequado à sua realidade, com adoção de critérios que levem em conta as estações do ano e seus ciclos agrícolas, as migrações periódicas e aquisição de conhecimentos específicos.

§ 1º - Para cumprir o disposto neste artigo, na zona rural, será garantida a oferta de ensino, como proposta pedagógica, currículo, calendário escolar adequado às peculiaridades da região e características do aluno ou o transporte gratuito até a sede municipal, quando possível a adequação.

§ 2º - O conteúdo do ensino rural deverá estar direcionado para as atividades econômicas, promovendo a identificação do aluno em seu ambiente físico- social-rural.

* Artigo 149º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos artigo 149º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 150 – O Município garantirá a inclusão, no programa das escolas municipais, de conteúdos relacionados com:

I – as lutas e a história da mulher e do negro na sociedade;

II – informações acerca dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – conhecimentos básicos de saúde e saneamento.

Parágrafo único – O Município elaborará plano Anual ou Bienal de Educação, visando à ampliação e melhoria do atendimento de suas obrigações com a oferta de ensino público e gratuito.

* Artigo 150º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I, II e III, inseridos no artigo 150º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafo Único, inserido artigo 150º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 151 – É vedada às instituições de Ensino Público Municipal a cobrança obrigatória de taxa ou contribuições a qualquer título.

* Artigo 151º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 152 – O Município publicará em órgão oficial, até o dia 10 (dez) de março de cada ano, demonstrativo da aplicação dos recursos previstos nas escolas públicas municipais, especificando, necessariamente, o custo/aluno em cada escola.

* Artigo 152º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 153 – A Lei assegurará, na gestão das escolas de rede municipal, a participação efetiva dos segmentos sociais envolvidos no processo educacional, devendo, para esse fim, instituir colegiados escolares em cada unidade educacional.

* Artigo 153º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 154 – A Lei disporá sobre o Conselho Municipal de educação, nos termos desta Lei Orgânica.

* Artigo 154º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 155 – O Município assegurará às pessoas portadoras de deficiência o direito à educação básica e profissionalizante gratuita sem limite de idade.

§ 1º - O Poder Público promoverá o oferecimento de estimulação precoce, em creches comuns, às crianças portadoras de deficiências, sempre que se fizer necessário, por meio de convênios e atendimentos especializados.

§ 2º - O Poder Público estimulará e promoverá cursos de aperfeiçoamento, especialização e treinamentos para profissionais dedicados à educação e recuperação de portadores de deficiência, com recursos próprios e, na existência destes por convênios.

* Artigo 155º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafos 1º e 2º, inseridos artigo 155º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 156 – Será criado, por Lei, um grupo permanente formado de profissionais do ensino, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação com órgão consultivo com poderes para:

I – Discutir questões relativa ao negro na literatura infanto-juvenil e propor reformas nos livros que explicita e implicitamente projetem uma negativa do negro enquanto cidadão e enquanto raça,

II – Trabalhar formas de aproveitamento do material produzido pelo movimento negro como material didático, dentro de uma linguagem acessível às crianças e jovens;

III – Analisar as estruturas curriculares formais e seus efeitos na formação de nossa entidade pluriétnica

Parágrafo Único – O plano de educação do município levará em consideração os planos nacional e estadual, visando à articulação do ensino em seus diversos níveis e á integração das ações que conduzam á elaboração de currículos e programas de Pré-escola e do Ensino Fundamental nos referenciais étnico-culturais das 03 (três) vertentes básicas de formação social brasileira.

* Artigo 156º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

*Incisos I, II e III, inseridos no artigo 156º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafo Único, inserido no inciso III, artigo 150º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 157 – O dever do município será afetivo com a garantia do ensino público fundamental, obrigatório e gratuito, pelo estabelecimento progressivo do turno único.

* Artigo 157º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 158 – Poderá ser consultado, de acordo com o interesse público, o colegiado das escolas da rede municipal na formulação da lista de material escolares para cada ano letivo,

* Artigo 158º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO III DO DESPORTO E DO LAZER

Art. 159 – O Município garantirá, por intermédio de sua rede de ensino e em colaboração com as entidades desportivas, a promoção, o estímulo, a orientação e o apoio à prática e difusão da Educação Física e do desporto formal e não formal através de:

I – manutenção, proteção e incentivo das manifestações esportivas patrocinadas e apoiadas pelo Município;

II – destinação de recursos públicos à promoção prioritária do desporto educacional;

III – estímulo ao desenvolvimento das atividades de recreação, desporto lazer nas comunidades, através da educação física escolar;

IV – obrigatoriedade de reserva de áreas destinadas a praça e campos de esporte nos projetos de urbanização e de unidades escolares e a de desenvolvimento de programas de construção de áreas para a prática de esporte e lazer comunitário;

V – adoção de incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investir no desporto de lazer.

Parágrafo Único – o Poder Público garantirá, ao portador de deficiência, atendimento especializado no que se refere à educação física e à prática de atividades esportivas, sobretudo no âmbito escolar.

* Insere SEÇÃO III – DO DESPORTO E DO LAZER, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigo 159º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

*Incisos I à V, inseridos no artigo 159º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafo Único, inserido no inciso V, artigo 159º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 160 – A Lei disporá sobre a criação do Conselho Municipal de Desporto e Lazer, nos termos desta Lei Orgânica.

* Artigo 160º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 161 – O poder Público Municipal incentivará os clubes e equipes amadores, assim como assegurará a presença dos representantes dos clubes amadores no Conselho Municipal de Esportes.

* Artigo 161º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO IV

DA CULTURA

Art. 162 – O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos de acesso aos bens culturais, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, mediante:

I – criação e manutenção de núcleos culturais e de espaços públicos equipados para formação e difusão artístico-cultural; de museu e arquivos públicos que integrem o sistema de preservação da memória do município e de bibliotecas públicas municipais;

II – estímulo às atividades de caráter cultural e artístico;

III – adoção de incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investir na produção cultural e artística do Município e na prevenção do seu patrimônio histórico;

IV – apoio técnico às entidades culturais na realização de seus projetos;

V – preservação de produção cultural Itambeense em livro, imagem e som, através do depósito legal de tais produções em suas instituições culturais, na forma da Lei, resguardada os direitos autorais, conexos e de imagem.

Parágrafo Único – Será estimulada a aquisição de bens culturais para garantir sua permanência no Município.

* Insere SEÇÃO IV – DA CULTURA, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigo 162º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I à V, inseridos no artigo 162º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafo Único, inserido no inciso V, artigo 162º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 163 – os proprietários de bens de qualquer natureza, tombados pelo Município, receberão incentivos para preservá-los e conservá-los, conforme definido em Lei.

Parágrafo Único – Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da Lei.

* Artigo 163º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Parágrafo Único, inserido no artigo 163º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 164 – A Lei estabelecerá princípios e normas para a conservação e tombamentos de bens que constituem patrimônio cultural do Município.

* Artigo 164º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 165 – A Lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de fatos relevantes para a Cultura Municipal.

* Artigo 165º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO V

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 166 – a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente da construção à seguridade social, de maneira integrada às ações desenvolvidas pelos Poderes Públicos Federal e Estadual, tendo por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

* Insere SEÇÃO V – DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigo 166º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 167 – Fica criado o Fundo Municipal de Apoio Social, a ser gerido pelo órgão do conselho de Defesa Social, previsto nesta Lei Orgânica.

* Artigo 167º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 168 – Às entidades Filantrópicas de Assistência Social que ampara crianças, adolescentes, idosos, deficientes e portadores de doenças graves, será dado todo o apoio técnico-financeiro de acordo com avaliação do setor competente do Conselho de Defesa Social.

* Artigo 168º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 169 – As ações municipais na área da assistência social serão realizadas com recursos do Orçamento do Município, do Estado, da União e de outras fontes observadas as seguintes diretrizes:

I – descentralização administrativa, segundo a política de regionalização, com a participação de entidades beneficentes e de assistência social, como também de entidades nas áreas social e educacional;

II – participação do povo, Por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis.

* Artigo 169º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Incisos I e II, inseridos no artigo 169º, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 170 – O Poder Público Municipal fica obrigado a manter organismo executivo da política municipal de apoio à pessoa portadora de deficiência, garantindo-se pleno direito à participação popular através de entidades representativas.

* Artigo 170º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 171 – O Poder Público garantirá o direito à informação e à comunicação aos cidadãos portadores de deficiência sensorial e da fala, através do código Braille, da linguagem gestual e outros meios que lhe são apropriados.

* Artigo 171º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Art. 172 – O Município deverá criar um programa Amplo de trabalho, acordado entre o Poder Público Municipal e as Universidades ou Fundações Educacionais do Estado, para obtenção de informações e subsidio que venham de encontro à necessidade da população em solucionar problemas.

* Artigo 172º, alterado, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO VI

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 173 – A manifestação de pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto na Constituição federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 174 – As assessorias de Comunicação Social dos poderes públicos ou qualquer empresa de economia mista, sob controle do Município, deverão ser constituídas por profissionais devidamente registrados, observada a seguinte formação: 2/3 (dois terços) de profissionais contratados mediante concursos público e 1/3 (um terço) de profissionais contratados em cargos de confiança.

Art. 175 – A Lei disporá sobre a criação do Conselho Municipal de Comunicação Social nos termos desta Lei Orgânica.

Art. 176 – Obtendo o Município, através da Prefeitura, concessão pública de canal de rádio e/ou televisão, seu Conselho Diretor deverá ser formado por, no mínimo, 3 (três) membros representativos da sociedade civil, a saber:

- a) um representante dos profissionais em comunicação social;
- b) um representante do Poder Público e;
- c) um representante da sociedade civil.

Parágrafo Único – As emissoras de rádio e televisão, sob controle do Município ou entidades da Administração Indireta, reservarão horários para a divulgação das atividades do Legislativo, ou de qualquer entidade por ele representada, conforme dispuser a Lei.

* Insere SEÇÃO VI – DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigos 173º, 174º, 175º e 176º, alíneas e parágrafo único, inseridos, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO VII

DO MEIO AMBIENTE

Art. 177 – Todos têm direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial à adequada e sadia qualidade de vida, impondo-se à coletividade e, em especial, ao Poder Público Municipal o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício das gerações atuais e futuras.

Parágrafo Único – Para assegurar efetividade do direito a que se refere este artigo, impõe-se ao Município, através do órgão executivo específico, na forma da lei:

- I – definir a política ambiental para o Município;
- II – promover a educação ambiental multidisciplinar em todos os níveis de ensino e disseminar a conscientização pública para a conservação ambiental;
- III – proteger a fauna e a flora;
- IV – controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos, substâncias e equipamentos que importem em risco de vida;
- V – promover a cooperação mútua com entidades e órgãos públicos e privados visando à pesquisa, ao planejamento e à execução de projetos ambientais;
- VI – promover medidas judiciais e/ou administrativas, a fim de responsabilizar os causadores de poluição e degradação ambiental.
- VII – denunciar o Ministério Público sobre ocorrência de conduta ou atividades considerada lesiva ao meio ambiente.

Art. 178 – O Município criará mecanismo de fomento para;

- I – reflorestamento com a finalidade de suprir a demanda de produtos lenhosos e de minimizar o impacto da exploração dos adensamentos vegetais nativos;
- II – programas de conservação dos solos, a fim de prevenir e minimizar a erosão e seus efeitos;
- III – programa de defesa e recuperação da qualidade dos recursos hídricos e do ar;

IV – projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para utilização de espécies nativas no programa de reflorestamento;

V – integrar regional que aspire ao desenvolvimento de programas ambientais prioritariamente, como base ao estudo em bacias hidrográfica, atuando em conjunto com Universidades, Instituições de Ensino e Pesquisa, de Planejamento e Execução, pública ou privadas, cooperando mutuamente para o bem coletivo.

Art. 179 – O Poder Público Municipal elaborará e implantará através da Lei, um Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais que completará a necessidade do conhecimento das características, recursos dos meios físicos e biológicos de diagnóstico de sua utilização e definição de diretrizes para o seu melhor aproveitamento no processo de desenvolvimento urbano, econômico e social.

Parágrafo Único – o Plano Municipal de Meio Ambiente Recursos Naturais atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Minas Gerais e nos preceitos contidos nesta Lei Orgânica.

Art. 180 – A Lei disporá sobre a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiental, nos termos desta Lei Orgânica.

Art. 181 – O Município implantará e manterá hortos florestais destinados a reposição da flora nativa, de acordo com o disposto no §2º do art. 216 da Constituição Estadual.

Art. 182 – É vedada a instalação de indústria destinadas à produção de material bélico e de usinas nucleares, na área do Município, sendo obrigatório, para instalação, ampliação ou desenvolvimento de obras ou de atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, estudo prévio do impacto ambiental, ao que se dará publicidade.

§ 1º - Todas as indústrias, fábricas, empresas e similares, que na sua atividade expelirem gás carbônico ou qualquer outro tipo de poluente, deverão instalar filtros e equipamentos de prevenção à poluição.

§ 2º - É proibida a utilização de áreas urbana do Município para depósito de lixo atômico e radiativo.

§3º - Fica proibido, na área urbana do Município, o armazenamento e o transporte de cargas perigosas, especialmente aquelas que contenham produtos químicos e radioativos que causem danos á saúde.

§ 4º - Só serão concedidos alvarás e licenças de funcionamento àquelas indústrias que pretenderem se instalar no Município após prévia fiscalização do órgão competente do Poder Público.

Art. 183 – O Município não concederá incentivo de qualquer natureza a empresa que, de modo algum modo, agride o meio ambiente.

Art. 184 – O Município deverá manter articulação permanente com os demais municípios de sua região e com o Estado visando à racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art. 185 – As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender, rigorosamente, aos dispositivos de proteção ambiental, não sendo permitida a renovação da permissão ou concessão no caso de reincidência da infração.

Art. 186 – Cabe ao Poder Público, através de Órgão Executivo específico, para assegurar efetividade do direito a que se refere o artigo 177 desta Lei Orgânica:

I – garantir o amplo acesso dos interessados às informações básicas sobre o meio ambiente e sobre as fontes e causas da poluição e da degradação ambiental, informando a população sobre os níveis de poluição e as situações de risco de acidentes ecológicos no Município;

II – prevenir e controlar a poluição, em qualquer de suas formas a erosão, o assoreamento, a produção, a comercialização, o armazenamento, o transporte, o emprego de técnicas, métodos, substâncias, equipamentos e outras formas de degradação ambiental que importem em risco de vida;

III – promover a avaliação prévia para início, ampliação ou desenvolvimento de atividades, construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, degradação ao meio ambiente, sem prejuízo de outros requisitos legais, preservado o sigilo industrial;

IV – propor a criação de parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, provendo-se a infra-estrutura indispensável, bem como a proteção da fauna e da flora, a fim de assegurar a diversidade das espécies, dos biótipos, dos ecossistemas e a preservação do patrimônio genético.

§ 1º - O licenciamento dependerá, nos casos de atividades ou obras potencialmente causadora de significativa degradação e alteração do meio ambiente, de estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade.

§ 2º - Aquele que explorar recurso fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, na forma da Lei.

§ 3º - A conduta e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão o infrator, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções administrativas, sem prejuízo das obrigações de reparar o dano e das cominações penais cabíveis.

Art. 187 – Nos rios, córregos e mananciais do Município ficam proibidas as atividades de garimpo e quaisquer outras atividades que resultem em sua poluição.

Art. 188 – Os proprietários de loteamento que contarem em seu espaço físico, com áreas verdes, total ou parcialmente arborizadas, serão obrigadas a proceder a sua reserva legal de 20% (vinte por cento) de sua área, que será indivisível e inalienável, com averbação em Cartório, a qual terá como responsável por sua manutenção e preservação o próprio loteador, o órgão público ou a entidade nomeada por quem de direito.

§ 1º - A área de reserva legal, referida no “caput” será isenta dos impostos municipais incidentes.

§ 2º - O descumprimento do disposto no “caput” do artigo implicará em responsabilidade civil e criminal, sendo a área passível de desapropriação pelo Poder Público.

§ 3º - A preservação da área, em questão, atenderá ao disposto nas legislações federal e estadual e, particularmente, adotará políticas de conservação ambiental.

Art. 189 – A Lei disporá sobre a criação de receita agronômica para o controle total de uso, compra e venda de agrotóxicos.

Art. 190 – A administração, através de seus órgãos próprios, criará mecanismos para piscicultura em reservas localizadas no perímetro do Município.

* Insere SEÇÃO VII – DO MEIO AMBIENTE, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigos 174º ao 190º, inseridos, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

CAPÍTULO III DA ORDEM ECONÔMICA

SEÇÃO I Das Disposições Gerais

Art. 191 – A Ordem Econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna.

§ 1º - A política industrial, respeitados os preceitos do plano de desenvolvimento econômico e social, será planejada e executada pelo Poder Público conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tendo por objetivo, entre outros:

I – preservar o meio ambiente e os níveis de qualidade de vida da população de Itambé do Mato Dentro, mediante definição de critérios e padrões para implantação e operação de indústrias e mediante estímulo principalmente a instalação de indústrias com menor impacto ambiental;

II – promover e estimular empreendimentos industriais que se proponham a utilizar, racional e prioritariamente, recursos e matérias-primas disponíveis no Município ou áreas adjacentes;

III – propiciar a implantação de indústrias, particularmente as de tecnologia de ponta, compatíveis com o meio ambiente e com os recursos disponíveis no Município de Itambé do Mato Dentro e áreas adjacentes;

IV – promover a integração econômica do Município com a região, mediante apoio e incentivo a projetos industriais que estimulem maior concentração de atividades existentes e complementaridade na economia regional;

V – estimular a implantação de indústrias que permitam adequada absorção de mão-de-obra no Município de Itambé do Mato Dentro e geração de novos empregos.

§ 2º - Parágrafo único – O Poder Público adotará mecanismos de participação da sociedade civil na definição, execução e acompanhamento da política industrial.

Art. 192 – O Município estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento municipal equilibrado.

Art. 193 – A exploração direta de atividade econômica pelo Município só será permitida em alguns casos de relevante interesse coletivo.

§ 1º - A lei poderá conceder incentivos fiscais, creditícios e financeiros, para implantação de empresas industriais consideradas prioritárias pela política de industrialização no Município de Itambé do Mato Dentro;

Art. 194 – O Município dispensará à Microempresa, assim definida em Lei Federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-la pela simplificação de suas obrigações

administrativas, tributária, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio de Lei.

rt. 194 – O Município dispensará à Microempresa, assim definida em Lei Federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-la pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributária, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio de Lei.

Parágrafo único – O Poder Público direcionará esforços para fortalecer especialmente os segmentos do setor industrial de micro, pequeno e médio porte, por meio de ação concentrada nas áreas de capacitação empresarial, gerencial e tecnológica e na de organização da produção.

Art. 195 – O Município criará núcleos descentralizados de treinamento e difusão de tecnologias, de alcance comunitário, de forma a contribuir para absorção efetiva da população de baixa renda.

Parágrafo único – O Poder Executivo propiciará a criação de cooperativa e associação que objetivem:

I – integração e coordenação entre produção e comercialização;

II – redução dos custos de produção e comercialização;

III – integração social.

Art. 196 – O Município manterá órgão especializado para a execução da política de defesa do consumidor.

* Insere CAPÍTULO III - DA ORDEM ECONÔMICA; SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigos 191º ao 196º, inseridos, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO II

DO TRANSPORTE

Art. 197 – O Transporte é um direito fundamental do cidadão sendo de competência do Município organizar e prestar diretamente, ou sob regime de concessão, ou permissão, os serviços de transporte coletivo urbano, tendo como alvos:

- I – priorização do transporte coletivo e criação dos corredores de tráfego independentes;
- II – sinalização adequada e pavimentação de nível superior por onde circulem coletivos;
- III – construção de abrigos protetores para os usuários, partindo dos locais de maior demanda para os de menor;
- IV – implantação, de forma gradativa, do uso de ônibus aprovados por setores competentes, objetivando maior conforto, segurança e condições de uso público em geral;
- V – incentivo de posto de venda de bilhetes e implantação gradativa de máquinas automáticas de bilhetagem, visando à diminuição do tempo de embarque dos usuários;
- VI – limitação da idade útil dos ônibus em 20 (vinte) anos;
- VII – manutenção da tarifa única, que cria subsídios indiretos, gerando benefício maior;
- VIII – disciplinar o transporte coletivo rural, através de Decreto Executivo.

Art. 198 – É de competência da Câmara Municipal elaborar uma política de transporte coletivo urbano e aprovar plano viário para o Município, atendendo às necessidades da população.

Art. 199 – É obrigatória a manutenção de linhas de transporte coletivo no período noturno, observada a demanda municipal.

Art. 200 – Não será permitido o monopólio privado no transporte urbano.

Art. 201 – É assegurada a validade para bilhetes de passagem e o de transporte sem reajuste, mesmo após o aumento da tarifa, em limites estabelecidos em Lei.

Art. 202 – A concessão para atendimento as linhas de transporte coletivo será estabelecida, obrigatoriamente, em concorrência pública, a partir da necessidade do município.

Art. 203 – A concessão e regulamentação dos serviços de transporte coletivo urbano, é competência do Poder Público Municipal após aprovação da lei autorizativa pela Câmara Municipal.

Art. 204 – O Município poderá intervir em empresa privada de transporte coletivo, a partir do momento em que a mesma desrespeite a política de transporte coletivo urbano, o plano viário, provoque danos e prejuízo aos usuários ou pratique ato lesivo ao interesse da comunidade.

Art. 205 – A lei poderá dispor sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes.

Art. 206 – Os custos da gratuidade concedida no transporte coletivo urbano do Município para os idosos e deficientes físicos, não poderão incidir sobre a tarifa de passagem paga pelos usuários.

Art. 207 – Fica assegurado o passe livre nos coletivos às pessoas portadoras de deficiência, de comprovada necessidade financeira, desde que:

I – matriculadas em escolas públicas ou privadas, especializadas ou não;

II – usuários de clínicas especializadas ou associação representativa.

Parágrafo Único – O passe livre será extensivo ao acompanhante nos casos de comprovada necessidade.

Art. 208 – O Município implantará, mediante disponibilidade de recursos financeiros, sistemas de semáforos sonorizados e placas em Braile, objetivando maior segurança dos cidadãos com deficiência visual, em locais a serem definidos em Lei.

Art. 209 – É competência exclusiva do Executivo a administração do Fundo Municipal de Transportes, oriundo do gerenciamento da venda antecipada de passagens, do estabelecimento rotativo e receitas outras que porventura forem criados.

Parágrafo Único – O Poder Executivo, sob nenhuma hipótese, poderá delegar a administração do Fundo Municipal de transportes a terceiros.

* Insere SEÇÃO II – DO TRANSPORTE, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigos 197º ao 209º, inseridos, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO III DA POLÍTICA RURAL

Art. 210 – A política de desenvolvimento rural municipal, estabelecida de conformidade com as diretrizes gerais fixadas em Lei, tem por objetivo orientar e direcionar a ação do Poder Público Municipal no planejamento e na execução das atividades de apoio à produção, comercialização, armazenamento, agroindustrialização, transportes e abastecimento de insumos e produtos.

Art. 211 – A Lei disporá sobre a criação do Conselho Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 212 – O Município criará e manterá serviços e programas que tenham por finalidade o aumento da produção e produtividade agrícolas, o abastecimento alimentar, a gestão de emprego, a melhoria das condições de infra-estrutura econômico e social, a preservação do meio ambiente e a elevação do bem-estar da população rural.

Art. 213 – O Município, em regime de co-participação como a União e o Estado, dotará o meio rural de:

I – assistência técnica e extensão rural;

II – infra-estrutura de serviços sociais básicos nas áreas de saúde, educação, saneamento, habitação, transporte, energia, comunicação, segurança e lazer;

III – patrulha rural.

Art. 214 – O Município apoiará e estimulará:

I – o acesso dos produtores ao crédito e seguro rurais;

II – a implantação de estruturas que facilitem a armazenagem, a comercialização e a agroindústria, bem como o artesanato rural;

III – os serviços de geração e difusão de conhecimentos e tecnologias;

IV – a criação de instrumentos que facilitem a ação fiscalizadora na proteção de lavouras, criações e meio ambiente;

V – a capacidade da mão-de-obra rural e a preservação dos recursos naturais;

VI – a construção de unidade de armazenamento comunitário e de redes de apoio ao abastecimento municipal;

VII – a constituição e a expansão de cooperativas e outras formas de associativismo e organização rural, sob a orientação das entidades sindicais;

VIII – a implantação do sistema de bolsa de arrendamento das terras;

* Insere SEÇÃO III – DA POLÍTICA RURAL, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigos 210º ao 214º, inseridos, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO IV

DA POLÍTICA URBANA

Art. 215 – O Município, para operacionalizar sua política econômica e social, assentada na livre iniciativa e nos superiores interesses da coletividade, terá como instrumento básico o Plano de Desenvolvimento Integrado ou Plano Diretor, aprovado por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, que conterà, necessariamente, entre outros:

I – diretrizes econômicas, financeiras, administrativas e sociais de uso e ocupação do solo, de preservação do patrimônio ambiental e cultural, visando a atingir os objetivos estratégicos e as respectivas metas;

II – estimativa preliminar do montante de investimentos e dotações financeiras necessárias à implantação das diretrizes e consecução dos objetivos do Plano Diretor, segundo a ordem de prioridade estabelecida;

III – cronograma físico-financeiro da previsão dos investimentos municipais.

Art. 216 – O estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano deverá assegurar:

I – a urbanização, a regularização fundiária e a titulação das áreas onde esteja situada a população favelada e de baixa renda;

II – a preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;

III – a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente natural e cultural;

IV – a criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, cultural, ambiental, turístico e de utilização pública;

V – a participação das entidades comunitárias no estudo, no encaminhamento e na solução dos problemas, planos, programas e projetos.

Art. 217 – O Poder Público manterá a disposição de qualquer cidadão todas as informações referentes ao sistema de planejamento urbano.

Art. 218 – Para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, o Poder Público disporá dos seguintes instrumentos:

I – imposto progressivo cumulativo sobre a propriedade territorial urbana não edificada, incidindo sobre o número de lotes de um mesmo proprietário;

II – taxas e tarifas diferenciadas em funções de projetos de interesse social;

III – transferência do direito de construir;

IV – concessão de direito real de uso;

V – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

VI – desapropriação por interesse social ou utilização pública;

VII – inventários, registros, vigilância e tombamento de imóveis;

VIII – contribuição de melhoria;

IX – tributação dos vazios urbanos.

Art. 219 – A implantação de equipamentos urbanos e comunitários, destinados ao atendimento da população de baixa renda, independerá de reconhecimentos de seus logradouros, da regularização urbanística ou de registros das áreas e de suas edificações, ficando sujeita a critérios especiais de urbanização.

Parágrafo Único – O Poder Público cederá o maquinário necessário à adequação física dos lotes pertencentes a famílias de baixa renda, objetivando a viabilização para construção de moradias.

Art. 220 – A política urbana, a ser formulada e executada pelo Poder Público, terá como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar da população.

Art. 221 – Incumbe à Administrativa Municipal promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir, em nível compatível com a dignidade da pessoa humana, condições habitacionais, saneamento básico e acesso ao transporte.

Art. 222 – O Poder Público Municipal não fornecerá alvará de construção para prédios particulares, com destinação comercial e residencial multifamiliar de grande porte, que tiverem em seus projetos obstáculos arquitetônicos e ambiente que impeçam ou dificultem o acesso e a circulação dos portadores de deficiência.

Art. 223 – Caberá ao Município aprovar os loteamentos que atenderem às estabelecidas em Lei específica.

Parágrafo Único – O Poder Público poderá desapropriar áreas para urbanizar loteamento popular, a fim de atender população de baixa renda.

Art. 224 – A autorização de loteamentos urbanos só ocorrerá após a instalação, no mesmo, de toda a infra-estrutura mínima necessária.

§ 1º - O loteamento não poderá romper a continuidade do centro urbano, evitando, dessa forma, espaços vazios próximo ao centro da cidade.

§ 2º - A instalação da infra-estrutura necessária à autorização do loteamento será custeada pelo proprietário do mesmo.

Art. 225 – No estabelecimento de diretrizes da política de transportes urbanos observase-á a plena integração ao planejamento do uso ou ocupação do solo.

Art. 226 – Os loteamentos clandestinos serão desapropriados e destinados à construção de moradia popular.

* Insere SEÇÃO IV – DA POLÍTICA URBANA, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigos 215º ao 226º, inseridos, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO V

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 227 – O Poder Público promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a difusão e a capacidade tecnológica.

Art. 228 – O Município participará, mediante autorização e controle do Poder Legislativo, de entidade que integre órgãos interessados no desenvolvimento científico e tecnológico da região, visando congregar esforços e recursos.

Art. 229 – A Lei disporá sobre concessão de isenções, incentivo e benefícios fiscais à empresa brasileira de capital nacional, com sede e administração no Município, conforme o disposto no artigo 213 da Constituição Estadual.

Art. 230 – O Município poderá criar estruturas administrativa encarregada e capacitada tecnicamente para gerência e proposição de políticas e ações em ciências e tecnologia em benefício do desenvolvimento regional.

* Insere SEÇÃO V – DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigos 216º ao 230º, inseridos, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

SEÇÃO VI DO TURISMO

Art. 231 – O Poder Público promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico e de afirmação dos valores culturais históricos nacionais e locais.

Art. 232 – Cabe ao Município de Itambé do Mato Dentro, observada a legislação federal, definir a política de turismo, suas diretrizes e ações, devendo:

I – adotar, por meio de lei, planejamento integrado e permanente de desenvolvimento do turismo em seu território;

II – desenvolver efetiva-estrutura turística;

III – promover, no Brasil e no exterior, o turismo do Município;

IV – incrementar a atração e geração de eventos turísticos;

V – regulamentar o uso, ocupação e fruição de bens naturais e culturais de interesse turístico;

VI – proteger o patrimônio ecológico, histórico e cultural;

VII – promover Itambé como Patrimônio Cultural da Humanidade;

VIII – conscientizar a população da necessidade de preservação dos recursos naturais e do turismo como atividade econômica e fator de desenvolvimento social;

IX – incentivar a formação de pessoal especializado para o setor.

* Insere SEÇÃO VI – DO TURISMO, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

* Artigos 231º e 232º, inseridos, com redação conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

TITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º- Dentro de 180(cento e oitenta) dias a contar da promulgação desta lei, o Município de Itambé do Mato Dentro instituirá regime jurídico único para os servidores municipais.

§ 1º- A lei deverá regulamentar a compatibilização dos servidores municipais ao regime jurídico instituído e à reforma administrativa competente.

§ 2º- Os inativos e pensionistas deverão ter os seus direitos revistos de conformidade com o regime jurídico adotado.

Art. 2º- No prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta lei, a Câmara Municipal deverá aprovar o seu Regimento Interno, de conformidade com as disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica.

Art. 3º- No prazo de até 18 (dezoito) meses, contados da promulgação desta lei, o Município adotará as medidas administrativas necessárias à identificação e à delimitação de seus imóveis, inclusive terras devolutas.

Art. 4º- O Município, dentro de 18 (dezoito) meses a contar da data da promulgação desta lei, deverá propor Ação Discriminatória para identificar as terras de sua propriedade, procedendo, em seguida, ao seu competente cadastramento.

Art. 5º- O Município, dentro de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da data da promulgação desta lei, deverá proceder convênio com órgão competente com o objetivo de fazer levantamento de imóveis de sua propriedade, ocupados por terceiros.

§ **Único** - Na forma do artigo 183 e parágrafos da Constituição Federal, os imóveis que estiverem ocupados, na área Urbana do município, e utilizados como moradia do ocupante e de sua família, por 5 (cinco) anos ininterruptamente, serão transferidos aos ocupantes, desde que a área ocupada não ultrapasse a 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados.

~~Art. 6º - Dentro de 90 (noventa) dias a contar da data da promulgação desta lei, o Prefeito Municipal encaminhará à Câmara projeto de lei regulamentando a cessão de máquinas e veículos do Município a terceiros.~~

~~Art. 7º - Dentro de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da data da promulgação desta lei, o Prefeito Municipal entregará à comunidade o Posto de Saúde, devidamente ampliado, com condições de atendimento aos primeiros socorros, parto, atendimento odontológico e outros.~~

~~Art. 8º - O Município deverá implantar, gradativamente, iniciando-se a implantação dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da promulgação desta lei, um serviço Especial de Atendimento ao Escolar, objetivando promover a sua saúde e o seu bem estar.~~

~~§ **Único** Serão oferecidos à população escolar, dentre outros, os seguintes serviços: atendimento dentário; atendimento oftalmológico; atendimento médico geral, com exames de sangue e fezes pelo menos uma vez por ano e exames médicos e biométricos no início de cada ano.~~

~~§ 2º Lei complementar regulamentará o funcionamento do Serviço Especial de Atendimento ao Escolar.~~

Art. 9º - Dentro de 60 (sessenta) dias a contar da promulgação desta lei. A Câmara Municipal, de sua Mesa Diretora, mandará imprimir a Lei Orgânica do Município de Itambé do Mato Dentro, fazendo sua distribuição gratuita às entidades, escolas e órgãos oficiais existentes no Município.

Art. 10º - Após dois anos, a contar da data da promulgação, será feita a revisão desta lei, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 11º - Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

* Artigos 6º, 7º e 8º suprimidos , conforme Emenda Modificativa/Supressiva/Aditiva nº 048/2001.

Câmara Municipal de Itambé do Mato Dentro, 22 de março de 1990